

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

**ELAINE REGINA MENDES LISBÔA**

**PROGRAMA SELO UNICEF:** município aprovado (2009-2012) - uma estratégia para trabalhar a lei nº 10.639/03 na disciplina escolar História da rede Municipal de Educação de Palmeirândia

São Luís  
2012

**ELAINE REGINA MENDES LISBÔA**

**PROGRAMA SELO UNICEF:** município aprovado (2009-2012) - uma estratégia para trabalhar a lei nº 10.639/03 na disciplina escolar História da rede Municipal de Educação de Palmeirândia

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão, para a obtenção do grau de Especialista em História do Maranhão.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Rodrigues Santos

São Luís

2012

Lisboa, Elaine Regina Mendes

Programa selo UNICEF município aprovado (2009-2012): uma estratégia para trabalhar a lei 10.639/03 na disciplina escolar História da Rede Municipal de Educação de Palmeirândia / Elaine Regina Mendes Lisboa.– São Luís, 2012.

95 f

Monografia (Especialização) – Curso de História do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

Orientador: Profa. Sandra Regina Rodrigues.

1.Disciplina história. 2.Lei 10.639/03. 3.Programa selo UNICEF. 4.Palmeirândia. I.Título

CDU: 94:37(812.1)

**ELAINE REGINA MENDES LISBÔA**

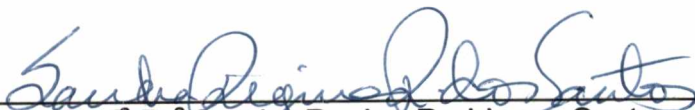
**PROGRAMA SELO UNICEF:** município aprovado (2009-2012) - uma estratégia para trabalhar a lei nº 10.639/03 na disciplina escolar História da rede Municipal de Educação de Palmeirândia

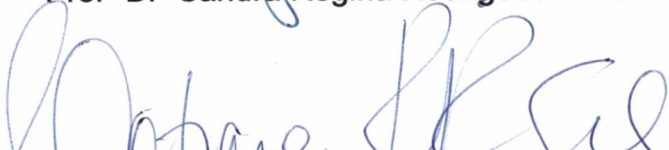
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão, para a obtenção do grau de Especialista em História do Maranhão.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Rodrigues Santos

Aprovado em: 02/10/2019

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Rodrigues Santos

  
Examinador 1

  
Examinador 2



A todos os sujeitos educacionais que se empenharam na realização do Programa Selo UNICEF: município aprovado (2009-2012) em Palmeirândia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela sua infinita graça derramada sobre a minha vida e por conceder saúde, sabedoria e conhecimento, fatores essenciais para a realização deste trabalho;

Sou grata a minha vovó Aldenora (in memoriam) que nunca mediu esforço para me proporcionar uma boa educação;

Aos meus pais, Rogério e Euzires, pelo amor e dedicação concedidos todos esses anos;

Ao meu irmão José, pela cumplicidade e companheirismo sempre;

Ao meu namorado Erikson pelo apoio e incentivo;

A minha vó Eunice, pelo exemplo de luta e determinação que passa para toda a família;

Também agradeço imensamente aos meus amigos de longa caminhada Léo Batista, Ângela Saraiva, Glória Pacheco, Márcia Andréa e Ana Rosa, amizade que foi iniciada na graduação do curso de História e que cada vez mais aumenta;

Agradeço a todos que participaram do Programa Selo UNICEF, em especial a minha amiga Leopoldina Soares Pereira, articuladora do programa em Palmeirândia;

A todos os meus amigos e familiares, em especial Fernando Touca, Louise Aurélia, Graça Pinheiro, Lúcio Henrique, Adelino Barros e Célia;

A Professora Sandra por ter aceitado o desafio de orientar este trabalho e por me incentivar nos momentos difíceis;

A todos os professores do Curso de História da UEMA, os quais tenho um imenso respeito e admiração;

A todos os colegas da Secretaria Municipal de Educação de Palmeirândia.

Os meninos em volta da fogueira  
Vão aprender coisas de sonho e de  
verdade  
Vão aprender como se ganha uma  
bandeira  
E vão saber o que custou a  
liberdade (...)  
Mas os meninos desse continente  
novo  
Hão de saber fazer história e  
ensinar.

**Martinho da Vila - música: À Volta  
da Fogueira**

## RESUMO

Discute-se a influência que a Nova História Cultural desempenhou sob a disciplina escolar História, permitindo assim novas abordagens de pesquisa. Aborda-se a efetivação da lei 10.639/03 no município de Palmeirândia. Aponta-se o Programa Selo UNICEF: município aprovado (2009-2012) enquanto uma estratégia para trabalhar a história e cultura afro-brasileira como instrumento pedagógico da disciplina escolar História.

Palavras-chave: Disciplina História. Lei 10.639/03. Programa Selo UNICEF. Palmeirândia.

## RÉSUMÉ

Il traite de l'influence que la Nouvelle Histoire culturelle a joué sous Historique e la discipline scolaire, permettant ainsi de nouvelles approches de recherche. Porte sur l'efficacité de la loi dans la ville de Palmeirândia 10.639/03. Attirant l'attention sur le Programme de l'UNICEF Seal: Municipalité a approuvé (2009-012) comme une stratégie pour travailler l'histoire et la culture afro-brésilienne omme une histoire de l'école de discipline pédagogique.

Mots-clés: Histoire de discipline. 10.639/03 la loi. UNICEF Programme Sceau. Palmeirândia.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- OSPB – Organização Social e Política Brasileira
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as Crianças
- ONG's – Organizações Não Governamentais
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases Nacional
- PNC'S – Parâmetros Curriculares Nacionais
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- PROEB - Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica
- U.E.E.B.M – Unidade Escolar de Educação Básica Municipal

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Localização do município de Palmeirândia .....	49
Figura 2	– Os passos do Programa Selo UNICEF.....	53
Figura 3	– Capacitação da articuladora municipal do Programa.....	54
Figura 4	– 1º Fórum Comunitário de Palmeirândia.....	55
Figura 5	– Comissão Pró-Selo no 1º Fórum Comunitário.....	56
Figura 6	– Apresentação Cultural de alunos da rede municipal de ensino....	57
Figura 7	– Circuito de Esportes .....	58
Figura 8	– Formação com professores de História.....	61
Figura 9	– Comissão Pró Selo no 2º Fórum Comunitário.....	63
Figura 10	– Apresentação do Mediador do UNICEF .....	64
Figura 11	– Apresentação Cultural dos alunos.....	64
Figura 12	– Apresentação Cultural dos alunos .....	65
Figura 13	– Aula de História.....	68
Figura 14	– Aula de História .....	69

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1</b>	<b>A INFLUÊNCIA DA NOVA HISTÓRIA CULTURAL NA DISCIPLINA ESCOLAR HISTÓRIA</b> .....	15
1.1	A Trajetória da Disciplina Escolar História .....	15
1.2	As Correntes Historiográficas e o Ensino de História no Brasil .....	22
1.3	A Nova História Cultural e o Ensino de História no Brasil .....	25
<b>2</b>	<b>IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL: uma discussão da Lei nº 10.639/03 através do Programa Selo UNICEF Município Aprovado (2009-2012)</b> .....	28
2.1	O Programa Selo UNICEF Município Aprovado (2009-2012) .....	28
2.1.1	Participação Social: Educação para Convivência com o Semiárido, Impacto Ambiental, Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial e Esporte e Cidadania .....	35
2.2	O Parâmetro Curricular de Disciplina Escolar História e a Lei nº 10.639/03 ...	38
2.3	A Lei 10.639/03 e a sua Inserção no Currículo Escolar .....	44
<b>3</b>	<b>PROGRAMA SELO UNICEF: uma possibilidade de inserir a lei 10.639/03 na disciplina escolar História da rede municipal de Educação de Palmeirândia</b> .....	49
3.1	O Município de Palmeirândia: aspectos gerais .....	49
3.2	O Programa Selo UNICEF no Município de Palmeirândia .....	52
3.3	As Salas de Aula: o caso da disciplina escolar História .....	65
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	72
	REFERÊNCIAS .....	74
	ANEXOS .....	80
	APÊNDICES.....	89



## INTRODUÇÃO

A idéia de realizar este trabalho surgiu de uma inquietação pessoal enquanto Professora de História da rede Estadual do Maranhão, visto que notou-se a ausência da discussão acerca da cultura afro-brasileira na sala de aula. É sabido que desde 2003, o na época presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei que passou a obrigar nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, mas ainda havia um distanciamento do que acontecia no espaço escolar.

Sendo assim, buscou-se pesquisar como o município de Palmeirândia estava se posicionando diante da referida legislação. Então identificou-se que Palmeirândia havia feito a adesão ao Programa Selo UNICEF-município aprovado edição 2009-2012, trata-se de um programa que acompanha e estimula os municípios a realizarem ações que visam melhorar a qualidade da vida de crianças e adolescentes do Semiárido e Amazônia Legal. Como forma de reconhecimento, o município que alcançar os objetivos propostos ganha um certificado internacional do UNICEF.

Na referida edição do Programa, a proposta é definir prioridades que mobilizem, de forma ampla, as secretarias municipais para que se envolvam na discussão e no controle de políticas públicas para a infância e adolescência. Para tanto, O Programa Selo UNICEF propõe quatro temas atuais e impactantes para serem trabalhadas pelas equipes: Esporte e Cidadania; Cultura e Identidade - Comunicação para a Igualdade Étnico-racial; Educação para a Convivência com o Semiárido e Mudança Climática e o Impacto na Vida de Crianças e Adolescentes.

Diante disso, optou-se por analisar mais profundamente o tema Cultura e Identidade - Comunicação para a Igualdade Étnico-Racial, uma vez que instiga a discussão acerca da inserção da lei 10.639/03 no currículo oficial, sendo esse o objetivo de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso.

Assim, o objetivo desta pesquisa é perceber como a parceria entre o poder público do município de Palmeirândia, através das Secretarias de Educação, Saúde, Cultura e Assistência Social e o UNICEF formalizaram ações e políticas públicas que de fato proporcionaram o estudo da história e

cultura afro-brasileira como instrumento pedagógico da disciplina escolar História.

Os procedimentos metodológicos necessários para o desenvolvimento da pesquisa exigiram o levantamento de dados e informações acerca da história e cultura afro-brasileira e sobre educação formal, analisando a relação entre cultura popular e currículo oficial. Fez-se necessário também a pesquisa dos documentos, guias e materiais pedagógicos do Programa Selo UNICEF. Além da lei 10.639/03 e dos seus desdobramentos no currículo escolar nacional e no município de Palmeirândia.

Buscou-se como fonte para elaboração deste trabalho diversas obras, algumas expressas em citações no decorrer do texto, outras elucidando informações que versam sobre os temas envolvidos, dando margem para olhares diferenciados diante do mesmo objeto. A revista com enfoque educacional, *Presença Pedagógica* permitiu análises a respeito da valorização da cultura no ambiente escolar. Somaram-se a essas informações artigos de estudiosos da área de ensino de História e Cultura, disponíveis em *site* das Universidades do país.

Foi possível também, o acesso aos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia, assim com o documento relacionado aos Temas Transversais, abordando-se a Pluralidade Cultural, o que permite se fazer uma análise acerca das propostas do saber escolar oficial.

Destaca-se também, a fonte oral como suporte para a pesquisa, uma vez que buscou-se fazer entrevistas (apêndice) com os vários sujeitos envolvidos no processo educacional (alunos, professores de História, pessoas da comunidade local e representantes institucionais do Programa Selo UNICEF e representantes do Poder Público de Palmeirândia), para assim, se perceber o sentido de trabalhar a história e a cultura afro-brasileira na escola. Coletou-se instrumentos (anexo) utilizados pelo Programa Selo UNICEF para demonstrar a realização do Programa.

O uso dessas fontes é de grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que em articulação com os referenciais teóricos fundamentam a problemática, pois indicam a necessidade de se interagir os conhecimentos. Dessa forma, será possível fazer um diálogo entre os referenciais teóricos, as várias fontes disponíveis e a pesquisa de campo

nas escolas, para que assim se evidencie a importância do estudo da história e cultura afro nas aulas da disciplina História.

Este estudo está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo aborda-se a constituição da disciplina História no Brasil, pontuando vários momentos em que tal estudo foi moldado para legitimar interesses Estadais. Além disso, buscou-se a influência que as correntes historiográficas desempenharam neste ensino. Sendo assim, avanços e retrocessos estão presentes ao longo da história desse saber.

Para embasar a referida pesquisa, no que se refere à constituição da disciplina História no Brasil, analisou-se a influência da Nova História Cultural, destacando-se a contribuição de historiadores como Roger Chartier que em sua publicação *A História Cultural entre práticas e representações* fundamenta as noções de práticas e representações, destacando as múltiplas formas de apropriação de acordo com as finalidades de cada grupo.

Ainda numa perspectiva da Nova História, destaca-se a contribuição de Carlo Ginzburg em seu livro *O Queijo e os Vermes*, através do entendimento da expressão circularidade cultural proposta por Mikhail Bakhtin em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, reconhece as influências mútuas existentes entre as ditas culturas das classes subalternas e das classes dominantes.

No segundo capítulo, remete-se a proposta do Programa Selo UNICEF, focalizando –se no eixo Cultura e Identidade, no qual será feita uma abordagem acerca da lei 10.639/03, além de identificar as estratégias utilizadas para o fortalecimento da política de Educação para a igualdade étnico-racial.

Segue-se o capítulo identificando a produção de teóricos voltados para a relação entre o estudo da história e cultura afro-brasileira e a educação. Assim, aponta-se o currículo, ao longo de sua trajetória histórica, como um instrumento legitimador das idéias dominantes. Porém, ressalta-se atualmente a existência de um espaço sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e o Tema Transversal Pluralidade Cultural às questões culturais, mas não se percebe uma clara política de incentivo a cultura como um espaço de múltiplas identidades que precisam ser escutadas pelas escolas. Nesse sentido, evidencia-se a educação do ponto de vista multicultural como uma possibilidade de reconhecer a diversidade cultural nos currículos oficiais.

Feito isso, parte-se para o terceiro capítulo com a pretensão de tratar do Programa Selo UNICEF no município de Palmeirândia. Dessa forma, primeiramente será realizada uma discussão sobre a referida cidade, tratando de sua história e cultura, além dos seus indicadores sociais. Em seguida, a intenção é pontuar e analisar as contribuições do Programa, ressaltando a influência de suas ações para que Palmeirândia tivesse subsídios para inserir no currículo escolar o estudo da história e cultura afro-brasileira.

Nesse sentido, se buscará as salas de aulas, especialmente o caso das aulas de História, como espaço que deve incitar a criticidade dos alunos, desconstruindo idéias cristalizadas por alguns livros didáticos que priorizam a memorização das datas e fatos determinados por uma historiografia tradicional. Nesse sentido, identificam-se outras abordagens propostas pela Nova História, as quais dão vozes a sujeitos que por tanto tempo foram silenciados

Nesse contexto, evidencia-se a relevância deste trabalho monográfico, pois almeja estimular a valorização do estudo da história e cultura afro-brasileira, como um campo fértil para professores de História proporcionarem aulas mais próximas de muitos alunos, ou então que envolva aqueles que não tem estreito contato com tal estudo, despertando o interesse e o respeito pela história e cultura afro-brasileira. Além de promover situações de ensino-aprendizagem que articule saber popular e saber erudito.

## **1 A INFLUÊNCIA DA NOVA HISTÓRIA CULTURAL NA DISCIPLINA ESCOLAR HISTÓRIA**

Pensar o ensino de História atualmente é algo desafiador, visto que sua trajetória está permeada por manipulações, ideologias, silêncios e lacunas, enfim elementos que moldam os discursos históricos, obrigando o profissional da área, a saber, desconstruir esses discursos, utilizando-se do diálogo com os materiais utilizados em sala de aula.

Na contemporaneidade, emergem muitas discussões acerca do saber histórico escolar, direcionados para novas abordagens que dão vozes àqueles que por muitos séculos não possuíam espaço enquanto sujeitos históricos, e sim meros figurantes em um “palco” no qual apenas os “grandes homens” e os “grandes eventos” podiam se apresentar.

Nesse sentido, este trabalho possui como proposta de pesquisa discutir a Lei 10.639/03, a qual insere no currículo escolar o estudo da cultura afro-brasileira, fomentando assim um debate que até então ficava as margens do conhecimento trabalhado na escola. Para tanto, buscou-se analisar as ações do Programa Selo UNICEF, uma vez que um dos eixos trabalhados trata da temática Cultura e Identidade: Comunicação para Igualdade Étnico-racial, tendo a referida lei como alicerce para a discussão.

### **1.1 A Trajetória da Disciplina Escolar História**

Os estudos acerca do conhecimento histórico enquanto saber escolar direcionam a um novo campo de pesquisa, o qual remete para a História das Disciplinas Escolares, visto que, até então, o conhecimento abordado nas escolas não possuía uma organização no que se refere às especificidades de cada saber, e tão pouco, fazia referência a um planejamento profundo que se preocupasse com metodologias, didática, diferentes contextos culturais, enfim, o objetivo era repassar a informação aos alunos.

Dessa forma, a própria expressão disciplina escolar, tal como é difundida atualmente, sofreu modificações, pois, até o século XIX, era tida como um imperativo militar, guardando a idéia de repressão, controle e ordem,

não agregando elementos que hoje são essenciais para se trabalhar com este conceito. Segundo Chervel:

No seu uso escolar, o termo disciplina escolar e a "expressão disciplina escolar" não designam até o século XIX mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso. (CHERVEL, 1990, p. 178)

Porém, sob a influência do ideário liberal francês, evidencia-se a mudança de sentido deste termo, o qual passa a direcionar para as questões educacionais, as quais estavam permeadas por discussões acerca da identidade nacional, cidadania, Estado e Nação, elementos que embasaram o surgimento da História enquanto conhecimento escolar. De acordo com Zamboni:

Historicamente, o ensino de história foi marcado desde o século XIX pelo ideário das nacionalidades; na França, o discurso liberal defendeu a laicização da sociedade e a formação da nação moderna. Estes princípios foram os norteadores do sistema educacional francês, como também da organização dos currículos de história. No Brasil, sob o manto do ideário liberal, em 1838 foi criado um programa de ensino de história para o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, que reafirmava a tendência vigente. Iniciava esse programa com o estudo geográfico do território nacional, a organização social, política e cultural dos habitantes encontrados pelos europeus - os índios -, e em seguida estudava-se a política portuguesa de exploração e colonização, os processos religiosos de catequização, o negro como um trabalhador escravo. Este conteúdo programático, a partir dessa temática, criou os fundamentos da unidade e da hegemonia nacional. (ZAMBONI, 2003, p. 369)

A ampliação do acesso da população ao sistema educacional, só acontece após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos países que adotaram a política do bem estar social<sup>1</sup>, proclamando a educação escolar como um meio eficaz e disponível para que as pessoas pudessem melhorar a sua posição na sociedade.

No entanto, logo foram vistas as contradições ocasionadas por uma política educacional que construiu a idéia de que a escola promoveria a igualdade de oportunidades para todas as classes sociais, criando-se, assim,

---

<sup>1</sup>Estado de bem-estar Social ou Estado-providência (em inglês: *Welfare State*) é um tipo de organização política e economia, na qual o Estado desempenha a função de agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. Para maiores informações, consultar: ARRETCHE, Marta T.S. – **Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas** – São Paulo: BIB- Ancops- 1995, nº. 39.

um campo fértil para os estudos sociológicos em busca das razões que evidenciavam as desigualdades geradas por essa instituição.

Neste contexto, desenvolveu-se o “paradigma da reprodução”, que entendia a escola como um instrumento de reprodução do sistema capitalista. Destaca-se a obra de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *A Reprodução* (1970), no qual é possível notar a educação não mais como mecanismo transformador e democrático, passando a ser vista como um instrumento que, a partir da seleção cultural, mantém e legitima os privilégios sociais.

Porém, a abordagem da Sociologia da Educação possuía um olhar voltado para as macro-estruturas, isto é, as análises do processo educativo eram realizadas apenas a partir das instâncias oficiais e formais de escolarização, não considerando um processo mais amplo que envolvia os sujeitos construtores do fenômeno educativo.

Dessa forma, pensar a disciplina História nos moldes que se evidenciam atualmente é uma construção recente das políticas educacionais, visto que esse conhecimento esteve muito ligado a objetivos que suplantavam o ato da aprendizagem crítica, servindo em vários momentos históricos como instrumento legitimador das ações de grupos dirigentes.

Diante disso, é notável que a historiografia da educação brasileira, ao longo de séculos de dominação política, econômica e cultural, esteve muito atrelada às condicionantes impostas pela Europa, uma vez que esta configurava-se como centro hegemônico, possuidor de um alto desenvolvimento tecnológico e industrial e, portanto, favorável à sua afirmação enquanto continente mais poderoso.

Isso pode ser notado desde o período colonial, quando a Companhia de Jesus, apoiada pela Coroa portuguesa, iniciou seu processo evangelizador, utilizando a educação como mecanismo de dominação dos povos indígenas ao mesmo tempo em que camuflava e garantia objetivos mais amplos, isto é, o plano de expansão missionária favorecia a aplicação de um projeto econômico que almejava o aumento territorial (CAVALCANTI FILHO, 1990).

Os primeiros colégios no território brasileiro foram fundados pelos jesuítas e eram regulamentados por um documento escrito em 1599 por Inácio de Loyola, o *Ratio atque Instituto Studiorum*, mais conhecido como *Ratio Studiorum*, baseado em uma educação, condizente com os interesses da Igreja

Católica e do Estado Português, que pregava os ideais cristãos e europeus, consolidando assim a educação formal e homogênea, pois era imposta a qualquer população sem levar em consideração a sua realidade (MANACORDA, 2006). Nesse contexto, não havia a constituição da disciplina História, porém, existia um contato com esse conhecimento a partir da leitura de autores greco-romanos, os quais faziam parte do eixo de ensino jesuítico, fortalecendo, assim, aspectos distantes da vida na Colônia (FONSECA, 2006).

Porém, esse estilo de ensino não satisfazia mais os interesses do Estado Português, visto que a Companhia de Jesus estava se tornando uma instituição fortalecida a ponto de se transformar em um obstáculo aos ideais iluministas e ao projeto político moderno que visava à centralização das decisões educacionais no Estado. Na administração do Marquês de Pombal, o ponto máximo da divergência entre as duas “empresas”, gerou a expulsão dos jesuítas em 1759 e a implantação de uma reforma de modernização e desenvolvimento no campo educacional. (CAVALCANTI FILHO, 1990)

Não diferente dos Jesuítas, a administração de Pombal também se utilizava da educação como um meio para outras conquistas, pois o grande objetivo dessa reforma era modernizar a sociedade para que Portugal adquirisse condições de desenvolver a sua economia e torna-se apto a concorrer com as grandes potências da época como a Inglaterra. Além de substituir o sistema jesuítico de ensino, a reforma proposta por Pombal buscava preparar o cidadão para assumir postos de comando do Estado absolutista, permitindo que a educação estivesse atrelada aos seus ditames.

Tais mudanças levaram à laicização do ensino e geraram uma desestruturação do sistema educacional construído pelos jesuítas: o que antes era institucionalizado e centrado na seriação do ensino foi substituído por aulas autônomas e isoladas. Villalta coloca que:

O ensino, do nível das primeiras letras ao secundário, passou a ser ministrado sob forma de aulas avulsas, fragmentando o processo pedagógico. Faltaram professores, manuais e livros sugeridos pelos novos métodos. Os recursos orçamentários foram insuficientes para custear a educação pública, havendo atrasos nos salários dos mestres. A Coroa, em determinadas ocasiões, chegou mesmo a delegar aos pais a responsabilidade pelo pagamento dos mestres. Isso mostra como a educação, tornada pública pela lei, esteve em grande parte privatizada. (VILLALTA, 1997, p. 351)



De acordo com essa declaração, é possível notar a falta de compromisso com a Educação, e assim Zotti completa:

O Brasil, não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa. (Zotti, 2004, p.32)

Sob essas observações, fica evidente que tais reformas não representaram um avanço significativo na educação brasileira, demonstrando a fragilidade de um processo de ensino baseado em disciplinas isoladas que continuavam a serviço da elite colonial.

Com o processo de “independência” e “ruptura” com Portugal, emergiram várias discussões acerca do liberalismo a ser implantado no Brasil. Nesse sentido, a educação configurou-se com um importante papel de inculcar na mentalidade dessa sociedade a construção de uma identidade nacional. Para consolidação desse ideário foi criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que ocupou-se da missão de elaborar uma história nacional e difundi-la por meio da educação, mais precisamente através do ensino de História.

Nos fins do século XIX, discussões relacionadas aos conceitos de identidade nacional, cidadania, Estado faziam parte dos debates internacionais. O Brasil seguia esta linha, visto que estava se constituído enquanto nação. Pra isso, fazia-se necessário difundir a idéia de um país composto por um povo harmônico disposto a lutar pela unificação nacional. Neste momento são construídos os grandes heróis da pátria estudados a partir de uma história biográfica, valorizando as suas ditas conquistas e fortalecendo o mito da união nacional<sup>2</sup>. Pinsky escreve sobre isso:

O mito da união nacional, do sentimento de brasilidade, destilado em doses históricas homeopáticas, não admite revisão biográfica dos heróis, nos momentos de solidariedade nacional, na história dos que fizeram o país do jeito que ele está forte e unificado. (PINSKY, 2006, p. 15)

---

<sup>2</sup>O mito da união nacional foi construído para fortalecer a formação do Brasil, enquanto nação, no século XIX, com intuito de passar a imagem de uma nação harmônica. Informações complementares consultar ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Dessa forma, a necessidade de sedimentar essa identidade nacional fez com que no regime republicano as políticas educacionais proporcionassem o aumento da escolarização, atingindo camadas sociais até então marginalizadas do processo educacional. Na escola era repassada a construção de uma nação pautada em princípios cristãos e etnocêntricos, excluindo as minorias sociais de qualquer participação enquanto sujeitos das narrativas históricas (DAVIES, 2006).

Gradativamente, o Estado manipulava as informações de acordo com os seus interesses, os quais naquele momento direcionavam para a valorização do ser brasileiro. Para legitimar esse controle, várias propostas foram implantadas nesse período. A Reforma Francisco Campos de 1931 demonstra bem isso, pois passava para o Ministério da Educação e Saúde Pública a competência exclusiva de elaborar os programas educacionais, retirando das escolas a autonomia de construí-los coletivamente de acordo com os interesses regionais:

Art. 10. Os programas do ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino serão expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo ministro e à qual serão submetidas as propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II. (BRASIL, 1931, Decreto nº. 19.890)

A Reforma Gustavo Capanema, de 1942 priorizou o ensino de História do Brasil que, até então, era tido como um apêndice da História Universal, fortalecendo ainda mais o estudo da História da Pátria. Segundo Reznik:

História Pátria, tradição, alma católica brasileira, são termos vinculados a um bloco ideológico que se tornou vitorioso. Nesse bloco encontramos, para a fins de nossa análise, os defensores dos estudos "clássicos" e os conservadores nacionalistas que propugnavam a volta da cadeira História do Brasil. (REZNIK 1992, p.103)

Com o Regime Militar de 1964, não houve mudanças no que se refere às concepções que direcionavam o ensino de História, fortalecendo-se ainda mais o currículo escolar voltado para os fatos políticos e a biografia dos "grandes homens". Dessa forma, a intenção do Estado era tornar a disciplina apenas descritiva, diluindo assim o nível de criticidade das aulas. Para consolidar esse fato, as disciplinas História e Geografia foram substituídas pela

disciplina Estudos Sociais, tendo como auxiliares as disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), com finalidades político-ideológicas voltadas para controlar e adaptar a sociedade a esse regime ditatorial, além de construir o sentimento patriótico.

Nos fins dos anos 70, as lutas pela democratização do país ganham maior expressão com o crescimento das associações de professores, permitindo que as discussões se tornassem mais sistematizadas. Um dos grandes avanços desse período foi a volta das disciplinas História e Geografia como disciplinas autônomas, favorecendo a ampliação de seus campos de pesquisa e a busca por uma análise interpretativa e crítica de seus objetos de estudo. (BITTENCOURT, 2005).

Os embates entre pesquisadores, docentes e Estado continuaram nos anos 80, direcionados para mudanças no currículo vigente. As propostas curriculares passaram a ser elaboradas e debatidas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, de forma diversa e heterogênea, demonstrando, no caso da disciplina História, a influência das tendências historiográficas no Brasil. De acordo com Magalhães:

Essa explosão de uma expressiva produção historiográfica brasileira ocorre, ainda num momento em que se tornam visíveis os sinais de esgotamento do marxismo enquanto modelo privilegiado de interpretação do passado. Das primeiras análises marxistas que procuravam definir, inicialmente de maneira bastante mecanicista, posteriormente de modo mais sofisticado, as estruturas sócio-econômicas e os modos de produção existentes no país passou-se, a partir dos anos setenta, a discutir o universo mental e as ideologias presente nas análises históricas da realidade brasileira. (MAGALHÃES, 2003, p.101)

Na década de 90 essa renovação curricular intensificou-se, através da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, estabelecendo como finalidade para a educação *“o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho”*<sup>3</sup> (Brandão 2007, p. 19).

Destaca-se ainda, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais propõem uma orientação geral para a educação brasileira, além de sugerir espaços em sala de aula para as especificidades regionais.

---

<sup>3</sup> Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação nacional/ nº. 9394/96.

Além disso, houve um aumento significativo dos cursos de Licenciatura em História, gerando a expansão das produções acadêmicas.

Assim, sob a influência da Nova História, as pesquisas históricas e o ensino de História buscam novos objetos para atender a nova realidade brasileira, priorizando o estudo do homem comum através das mais diversas fontes em detrimento da narrativa econômica e política carregadas de “grandes heróis” supervalorizados pelas fontes escritas e oficiais.

Porém, essa “renovação curricular” não é realidade em todo o sistema de ensino brasileiro, pois não existe uma política de formação de professores que alcance e realize um trabalho constante com os docentes. Além disso, inúmeras escolas não disponibilizam uma estrutura mínima que proporcione condições que fujam do ensino tradicional que continua baseado na “educação bancária”, como afirma Paulo Freire em que o professor deposita em seus alunos os conhecimentos que possui, dispensando qualquer tipo de questionamento que coloque em dúvida o saber docente:

Na visão "bancária" da educação, o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 2002, p. 58)

Nesse sentido, é imprescindível que exista na prática uma construção coletiva dos currículos nacionais e dos projetos político-pedagógicos das escolas, ou seja, um diálogo entre os vários sujeitos que compõem o sistema educacional, com o intuito de aproximar o currículo oficial da realidade das escolas, ou, em contrapartida, o Brasil continuará com uma educação distante da maioria da população.

## 1.2 As Correntes Historiográficas e o Ensino de História no Brasil

Na contemporaneidade, o processo de ensino tem gerado vários debates, principalmente no que se refere à seleção do conteúdo a ser ensinado pela escola. O ensino de História não foge desta linha, passando por diversos contextos históricos no Brasil: em sua constituição este ensino inculcava as

questões referentes à identidade nacional, no Regime Militar proclamava os “feitos” dos homens de patente, enfim, estes e tantos outros momentos estão ligados a objetivos condizentes com a construção de idéias propostas pelo Estado.

Vale destacar, que este tipo de saber necessita estar embasado em uma teoria da História, o que irá permitir a sustentação e a orientação em seus discursos. Daí se fortalecem as correntes históricas Positivista, Historicista, Marxista, Annalista e a Nova História Cultural como fundamento teórico para esse conhecimento.

A corrente Positivista teve um papel preponderante na História do Brasil, pois no século XIX, o país passava por um processo de constituição enquanto nação, por isso necessitava difundir essa idéia e a escola configurava-se como um espaço propício para propagar e legitimar a identidade nacional. Assim, tal corrente propõe princípios de ordem e progresso, influenciando a formação de um povo harmônico e adaptado ao novo sistema, fazendo com que a realidade social, essencialmente baseada em um caráter histórico e dinâmico, fosse substituída por leis imutáveis propostas pelas ciências naturais, como defendeu Auguste Comte.

A História, segundo esta concepção está voltada para a observação, e experimentação dos fatos, retirando toda subjetividade inerente às relações sociais. Zierer ressalta:

A partir do século, pretendeu-se erigir a História à categoria de ciência, subordinando o conhecimento histórico a metodologia das ciências naturais, cujo pressuposto é a construção de leis. A principal preocupação era a utilização de documentos autênticos, de procedência escrita e estatal. (ZIERER 2003, p. 22)

Condizente com o Positivismo, o Historicismo defendido por Leopold Von Ranke, é classificado como uma história tradicional. Tem como premissa “dar os acontecimentos do passado como eles na realidade se passaram” (CERRI, 2011) Para essa corrente, os fatos eram considerados irrepetíveis, porém estavam diretamente ligados a um fato anterior, dando uma clara idéia de linearidade à história, sendo por isso conhecido também como história–narrativa. Além disso, caracteriza-se pela comprovação dos fatos apenas pelos documentos escritos.

Com a utilização dessas concepções por parte dos professores de História em sala de aula, os alunos não são estimulados a pensar criticamente, tornando-se repetidores de fatos político-militares valorizados pelos “heróis nacionais”. Na contemporaneidade, ainda é possível notar que existem sujeitos envolvidos com o processo educacional voltados para os métodos das correntes historiográficas tradicionais, não permitindo a desconstrução e a criticidade dos fatos sociais.

Destaca-se também a influência da corrente marxista no ensino de História a partir do fim do Regime Militar, no começo dos anos 80. Este momento foi caracterizado por muitos debates acerca do processo de redemocratização, proporcionando aos professores e estudiosos em geral um ambiente propício ao estudo das lutas de classes e os modos de produção como conteúdos principais para a educação libertadora. (PACIEVITCH e CERRI, 2005).

Diferente das correntes tradicionais, no marxismo o historiador trabalha na investigação do processo histórico concreto e intervém de modo prático sobre eles. A partir disso os acontecimentos não são acabados e a História não é dada, mas sim construída socialmente pelos indivíduos que nela se inserem. A estrutura econômica é privilegiada nessa tendência, com a produção material determinando as demais esferas da vida social.

Considerada por Peter Burke como a Revolução Francesa da Historiografia, a Escola dos Annales, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre ampliou o campo de estudo da História. Segundo Zierer (2003, p.22):

A pretensão dos fundadores era realizar a “história - problema” calcada nos homens e não apenas nos “Grandes Homens” como fizera até então a história *événementielle* ou factual, predominante desde os novecentos, e utilizar o tempo longo das estruturas em oposição ao tempo curto dos acontecimentos.

A partir deste movimento surge a corrente teórica do estudo da História denominada Nova História ou História Nova. Com isso, novos objetos foram inseridos na pesquisa histórica: cotidiano das pessoas comuns, estudo da educação, do sexo, da cultura popular, as relações étnico-raciais, proporcionando novas abordagens das disciplinas escolares.

### 1.3 A Nova História Cultural e o Ensino de História no Brasil

No Final da década de 70, evidencia-se na Europa o surgimento da corrente historiográfica denominada Nova História Cultural, a qual instigou abordagens que até então haviam permanecido à margem das discussões historiográficas, e ainda renovou as pesquisas ampliando o estudo das fontes, limitadas apenas aos documentos oficiais e escritos, mas a partir de então passou-se a utilizar a oralidade, as imagens, as músicas, enfim cabia ao pesquisador dialogar com a suas fontes. Como afirma o autor José D' Assunção Barros:

(...) a Nova História Cultural tornou-se possível na moderna historiografia a partir de uma importante expansão de objetos historiográficos (...) como a cultura popular, a cultura letrada, as representações, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de interlocutores ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura. (BARROS 2004, p.36):

Com isso, se percebe um eminente campo a ser estudado pela Nova História Cultural, desenvolvida por teóricos como Carlo Guinzburg, que enfatiza o estudo da micro-história, visto em sua obra *O Queijo e os Vermes*, o qual trata das crenças e idéias do Moleiro Menochio, perseguido pela inquisição no século XVI. Dessa forma, através do conceito de circularidade cultural proposta por Mikhail Bakhtin, Ginzburg analisa as influências entre cultura popular e cultura erudita (GINZBURG, 1987).

Destaca-se também neste campo de pesquisa a contribuição de Roger Chartier, direcionadas para a elaboração das noções de *prática e representações*, as quais fundamentam a impossibilidade da imposição da cultura dominante, visto que os objetos são apropriados por grupos diferenciados com finalidades igualmente distintas (CHARTIER, 1998).

Esses estudos ampliaram os objetos historiográficos em suas múltiplas formas de apropriação, dando vozes aos vários sujeitos que, até então, estavam silenciados. De tal forma, que as questões culturais passaram a ser consideradas elementos constituintes das disciplinas escolares e na elaboração de teorias educacionais. Fonseca ressalta:

(...) Estudos que partam de outras dimensões históricas da educação e das disciplinas escolares em particular não se restringem, assim, às esferas institucionais e formais – políticas públicas, propostas pedagógicas, formulações curriculares oficiais, entre outras –, atentando para o cotidiano escolar e para a multiplicidade de suas práticas culturais. (FONSECA, 2006, p.20)

Então, à medida que as disciplinas escolares foram sendo sistematizadas, surgiram discussões acerca da emergência e transformações destes saberes, assim como o predomínio de métodos e conteúdos de ensino (CHERVEL, 1990).

Sendo assim, faz-se necessário o entendimento da escola como um espaço de produção de conhecimento próprio. Porém, por estar inserida na dinâmica social, reflete também as contradições que permeiam as relações estabelecidas fora do espaço físico escolar. Deste modo, a cultura geral da sociedade é um elemento que não pode ficar à margem das discussões que direcionam o processo de construção do saber escolar. Para o autor:

(...) uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa, que ela determina então a história das disciplinas escolares podem desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural. (CHERVEL, 1990, p.184)

A partir disso, pode-se notar que é de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem que exista uma relação entre o que se “aprende” na escola e o que se “vivência” fora dela, visto que isto permite maior aproximação do aluno com conteúdos sistematizados por cada disciplina, possibilitando um envolvimento que pode gerar um conhecimento significativo.

Nesse sentido, destaca-se a categoria cultura escolar enquanto campo de pesquisa que valoriza as múltiplas ações que permeiam a trajetória dos vários atores que fazem parte do processo educacional, configurando-se, assim, como um campo vasto para as pesquisas direcionadas a História da Educação (JULIA, 2001). Seguindo esta interpretação, Fonseca elenca elementos que permeiam as disciplinas escolares:

(...) as disciplinas escolares podem ser compreendidas tanto em seu processo de construção no tempo, como em suas relações com a produção científica, com os interesses políticos do Estado ou de grupos específicos da sociedade, com os mecanismos de divulgação



e vulgarização do saber, com as influências de universos culturais específicos nos quais se produziram ou nos quais atuam e, é claro, com as práticas que envolvem no universo escolar propriamente dito. (FONSECA, 2006, p.09)

Dessa forma, um conhecimento tratado em sala de aula, além de refletir as vivências de várias pessoas envolvidas no processo, traz cargas sociais, políticas e econômicas preponderantes, podendo ser notadas através dos ditames da política educacional que pode selecionar conteúdos que se dissociam da realidade em determinada região, ou que possuem a função de impor para as sociedades idéias de supostas civilidades.

Nesse sentido, a Nova História, sendo uma corrente que de certa forma revolucionou o entendimento histórico, sofreu e ainda sofre críticas, visto que é acusada de compartimentalizar este conhecimento, desprivilegiando uma visão global e totalizante. A perspectiva micro também é contestada, uma vez que os “grandes acontecimentos” são relegados a segundo plano.

No que se refere ao campo educacional, é notável a contribuição dessa corrente para o ensino de História, pois permite que o professor possa trabalhar com objetos que fazem parte da vida do aluno, desconstruindo a ideia de que a História é a ciência que se volta apenas para o estudo do passado. Além disso, os próprios livros didáticos e os Parâmetros Curriculares Nacionais aderiram a essa concepção, à medida que incorporaram em seus materiais temas até então à margem do estudo histórico.

Dessa forma, este trabalho- *PROGRAMA SELO UNICEF: uma estratégia para trabalhar a lei nº 10.639/03 na disciplina escolar História da rede municipal de Educação de Palmeirândia* se inseri nas discussões da Nova História Cultural, tendo-se em vista que ressalta a utilização do estudo da história e cultura afro-brasileira como instrumento pedagógico da disciplina escolar História.

Porém, é sabido que pela ausência da educação continuada na formação de muitos professores, assim como questões de ordem estrutural da instituição, o sistema educacional e, especificamente, o ensino de História, não conseguiram totalmente se desvencilhar da memorização, do quadro de giz, da relação vertical entre professores e alunos, práticas tradicionais estas ainda bastante presentes na realidade escolar.

## **2 IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL: uma discussão sobre a Lei nº 10.639/03 através do programa Selo UNICEF município aprovado (2009-2012)**

### **2.1 O Programa Selo UNICEF Município Aprovado (2009-2012)**

Para tratar sobre o Programa Selo UNICEF – município aprovado (2009-2012) faz-se necessário discorrer a respeito do UNICEF, visto que tal programa contempla as ações desempenhadas por esta organização.

O Fundo das Nações Unidas para as Crianças – UNICEF foi criado em 1946, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, com a intenção de oferecer assistência emergencial às crianças que foram atingidas de alguma forma por esta Guerra. Decorridos os primeiros anos de sua atuação, a instituição percebeu a necessidade de continuação deste trabalho.

Dessa forma, em 1953 o UNICEF passou a ser uma instituição permanente que tinha como bandeira a defesa dos direitos das crianças, e assim se expandiu para vários países. Sua fundação no Brasil, ocorreu em 1950 na cidade de João Pessoa na Paraíba.

A partir de então, várias parcerias passaram a ser efetivadas entre o UNICEF e os governos municipais, estaduais e federal, assim como diversos grupos da sociedade civil organizada, no sentido de melhorar a qualidade de vida das crianças.

Em meados da década de 70, houve uma ampliação no que se refere à atuação do UNICEF, para tanto as políticas públicas direcionadas para a infância e juventude passaram a integrar o planejamento econômico e social do país, especialmente através de programas preventivos.

Nesse contexto muitas ações e campanhas foram realizadas, como do aleitamento materno, vacinação contra poliomielite, uso do soro caseiro, da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de rua, na qual muitas ONG's foram parceiras, criação da Pastoral da Criança e a campanha Criança Constituinte que instigava os brasileiros a votar em candidatos comprometidos com as causas da infância no Brasil.

Além disso, em 1986 foi criada a Campanha Criança Esperança, no qual os fundos arrecadados são destinados a apoiar projetos que possuem o

objetivo de garantir os direitos de crianças e adolescentes brasileiros e suas famílias.

Tais direitos foram assegurados também sob o ponto de vista legal, pois na constituição de 1988 foi incorporado o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>4</sup>:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227)

Reforçando essa legislação, em 13 de julho de 1990, o Brasil aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>5</sup> (ECA), ressaltando a política do UNICEF.

Na década de 1990, grandes avanços também foram alcançados em decorrência da parceria do UNICEF com a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, os Governos Municipais, Estaduais e Federal: Pacto pela Infância e Encontro de Governadores pela Criança, no qual foram estabelecidas metas claras de redução da mortalidade infantil, acesso a saneamento e água, aleitamento materno exclusivo, imunização, entre outros fatores que favorecem a vida das crianças.

E ainda foram lançados o Prêmio Itaú-UNICEF, estimulando ações complementares às escolares, além da campanha de combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes, o Prêmio Socioeducando, implantando medidas socioeducativas para adolescentes infratores e a Campanha Criança no Lixo Nunca Mais que visa a erradicação do trabalho infantil nos lixões.

Esses foram alguns projetos, campanhas e ações que o UNICEF estava envolvido e que são citados neste trabalho para demarcar o trabalho direcionado para crianças e adolescentes.

---

<sup>4</sup> A Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança – Carta Magna para as crianças de todo o mundo – em 20 de novembro de 1989, e, no ano seguinte, o documento foi oficializado como lei internacional. É tida como o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal.

<sup>5</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA- foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990 e regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes em consonância com a Constituição Federal de 1988.

Feitas essas considerações, importa destacar que o grande objetivo desta pesquisa é tratar de uma inovadora metodologia de implementação de políticas públicas municipais: o Programa Selo UNICEF Município Aprovado. Por meio do Selo, são desenvolvidas estratégias para envolver gestores municipais e sujeitos locais para realizarem ações que visam melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes.

A primeira experiência desse programa aconteceu em 1999 no Estado do Ceará. O sucesso dessa iniciativa fez expandir a metodologia para outros Estados como na Paraíba em 2002 e em 2004 foram mobilizadas cerca de 1.500 municípios na região do Semiárido (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe).

Essas experiências melhoram os indicadores sociais, de saúde e de educação, proporcionando subsídios para que esses municípios continuassem avançando em suas políticas públicas para a infância.

Em 2009, uma nova edição estava disponível para duas regiões do Brasil: Semiárido e Amazônia Legal, contemplando assim áreas consideradas prioritárias no atual Programa de Cooperação do UNICEF no Brasil. Além disso, a iniciativa do Selo está atrelada ao Pacto Nacional “Um Mundo para a Criança e Adolescente do Semiárido”, que agrega esforços do governo federal, estadual e municipal, de organismos internacionais, da sociedade civil e da iniciativa privada para reduzir as diferenças regionais e apoiar o Brasil no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>6</sup>.

Nessa edição 2009-2012 do Selo UNICEF Município Aprovado o Maranhão foi contemplado, disponibilizando a adesão do programa a grande parte dos municípios<sup>7</sup>. Dessa forma, os municípios que conseguem avanços em seus indicadores sociais obtêm um reconhecimento internacional: o Selo UNICEF, válido por quatro anos.

Dentre as cidades que estavam aptas encontra-se Palmeirândia, localizada a 332 km da capital do Estado do Maranhão. A escolha aconteceu

---

<sup>6</sup> Os ODM's representam um compromisso do Estado perante a comunidade internacional e a sociedade civil brasileira e também um marco de referência mundial que cada país está aplicando para garantir os direitos de cada ser humano e das crianças e adolescentes em particular.

<sup>7</sup> Disponíveis na página [www.selounicef.org](http://www.selounicef.org)

por perceber-se a presença de elementos da cultura afro-brasileira na cidade que poderiam ser contempladas pelo currículo escolar, e em especial na disciplina de História. A existência da lei nº 10.639/03 fortaleceu a metodologia do Programa Selo UNICEF para a efetivação da lei, inserindo neste currículo o estudo da história e cultura afro-brasileira.

Para a participação no Selo UNICEF: Município Aprovado é necessário cumprir diversas etapas e o primeiro passo é a assinatura do prefeito e do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) ao termo de adesão. Para reforçar o compromisso com a causa, o município é obrigado a ter este Conselho ativo, caso contrário tem o prazo para a criação.

É interessante o compromisso dessa metodologia do Selo não permitir que apenas o poder público esteja à frente do programa, fortalecendo assim a parceria municipal e dividindo responsabilidades com a sociedade civil. Isso fica bem claro na medida em que o CMDCA deve participar da gestão do programa e coordenação dos fóruns comunitários, que são espaços de discussão, planejamento e avaliação entre poder público, sociedade civil, poder legislativo, igrejas, grupos privados, entre outros.

A atuação do CMDCA é de suma importância no município, porém ainda há um grande entrave em várias cidades que é a manipulação do poder público na indicação dos conselheiros e em suas decisões. Tal fato deturpa a atuação democrática e participativa dos conselhos, passando a ser um instrumento de controle do poder municipal. Assim informa o Portal da Transparência do Governo Federal:

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).<sup>8</sup>

Como compete ao CMDCA a responsável pela formulação e pelo controle das políticas de atenção à infância e à adolescência no município. A sua formação deve abranger várias representatividades do poder público e da sociedade civil, os quais devem ter compromisso com a causa.

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/ConselhosMunicipais>. Acessado em 08 de setembro de 2012

No que se refere à atuação do Conselho no Selo, vale ressaltar que ele é um grande mobilizador, uma vez que irá estimular a participação dos adolescentes nas atividades e a escolha de dois representantes, um menino e uma menina, que serão a referência para mobilizar os outros adolescentes. A escolha acontece através dos grêmios estudantis ou outro grupo organizado dessa faixa-etária.

A participação do jovem no programa favorece a uma tomada de consciência coletiva, visto que proporciona a discussão dos seus direitos e deveres, assim como estimula as ações de planejamento e avaliação dos temas propostos. Dessa forma, os adolescentes passam a sentir-se parte do processo, iniciando e fortalecendo a sua criticidade.

Além dos dois adolescentes é necessário realizar a escolha do articulador local, isto é, um coordenador das ações do Selo no município que deverá ser o elo entre o poder público, através das secretarias municipais de educação, saúde e assistência social, os Conselhos, demais organizações da sociedade civil e a coordenação do Programa Selo UNICEF.

E por último, com o intuito de fortalecer ainda mais a articulação municipal, é escolhida a Comissão Pró-Selo que deve ser composta por: articulador, membros do CMDCA, conselho tutelar, representações de órgãos estratégicos da prefeitura, como as secretarias municipais de educação, saúde e assistência social, organizações da sociedade civil com experiência na área de promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, lideranças adolescentes e comunicadores.

A referida Comissão tem a função de planejar e executar as ações do Selo. Para tanta deve se reunir periodicamente para que as atividades possam ser constantemente avaliadas e repensadas, se houver necessidade. Além disso, é ela quem organiza os fóruns comunitários que é uma resposta a população daquilo que está acontecendo no que diz respeito aos indicadores e políticas públicas para a infância e adolescência.

Nesse sentido, a metodologia do Selo UNICEF Município Aprovado realiza uma política de mobilização do poder público e da sociedade civil com intuito de garantir a crianças e adolescentes os cinco direitos básicos do programa do UNICEF para o Brasil. São eles: sobreviver e se desenvolver, aprender, proteger-se e ser protegido do HIV/AIDS, crescer sem violência e ser

prioridade absoluta nas políticas públicas. Os municípios são estimulados e monitorados através de avaliações a alcançarem esses direitos.

No que diz respeito a essa avaliação, são estabelecidos grupos dentro do mesmo estado, e que possuam características semelhantes. Essa escolha avaliativa demonstra a preocupação do UNICEF com a existência de realidades diversas no país, logo os municípios serão avaliados dentro de grupos com realidades próximas.

Dessa forma, os grupos serão avaliados até 2012, observando-se três eixos de análise: Impacto Social, Gestão de Políticas Públicas e Participação Social. No primeiro eixo a avaliação perpassa pelas condições de vida de crianças e adolescentes, a partir da análise de 13 indicadores de Impacto Social (ANEXO I ) nas áreas de saúde, educação, proteção e meio ambiente.

Da mesma forma ocorrerá a avaliação do segundo eixo, uma vez que serão avaliados 19 indicadores quantitativos e qualitativos da Gestão de Políticas Públicas (ANEXO I ). Os indicadores de Impactos e os quantitativos de Gestão de Políticas Públicas são aferidos no início e no final do programa, com intuito de acompanhar a evolução dos dados, já os indicadores qualitativos são analisados apenas no final da edição.

E o último eixo é intitulado Participação Social, no qual uma série de temas poderiam ser referendados, mas a metodologia do Selo UNICEF: município aprovado (2009-2012) optou em sistematizar os trabalhos a partir de quatro temas: Educação para a Convivência com o Semiárido; Impacto Ambiental; Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial; e Esporte e Cidadania.

Assim, como este trabalho possui como título *SELO UNICEF – MUNICÍPIO APROVADO (2009-2012): uma estratégia para trabalhar a lei 10.639/03 na disciplina escolar História na rede municipal de Educação Palmeirândia*, focou-se as discussões neste eixo, por instigar a abordagem da temática voltada para o estudo da história e cultura afro-brasileira.

A avaliação deste eixo difere dos outros, uma vez que requer o maior envolvimento da sociedade civil, das crianças e adolescentes, das escolas, da comissão pró-selo, do articulador local e da comunidade em geral. Todos devem estar articulados na realização de fóruns comunitários, que como

já foi dito, são espaços de exposição, planejamento e discussão do programa Selo UNICEF.

Sendo assim a metodologia do Selo estabelece a organização de dois fóruns comunitários, logo a não realização do fórum credencia a saída do município do programa. O primeiro fórum marca o lançamento do Selo UNICEF no município e a data para a realização foi o primeiro semestre de 2010, abordando as seguintes questões: explicar o que é a metodologia do Selo, apresentar o articulador, os dois adolescentes mobilizadores e a Comissão Pró-Selo e analisar os indicadores da infância e da adolescência baseado em dados oficiais do CMDCA e no Diagnóstico Participativo<sup>9</sup>

O Primeiro Fórum tem um papel importante no início do programa, visto que sensibiliza a comunidade local e faz ela discutir e apontar sugestões para a melhoria dos indicadores sociais. Nesse sentido, a Comissão Pró-Selo é responsável por esta coleta de dados para a produção do Plano Municipal de Ação.

O Segundo Fórum Comunitário foi marcado para o segundo semestre de 2012, mas isto não significa que não aconteceram reuniões, seminários e conferências<sup>10</sup> que planejaram e avaliaram a Metodologia do Selo e o Plano Municipal de Ação em 2011. Isto é reforçando no segundo fórum, ao passo que é feito um comparativo acerca dos indicadores apresentados no Primeiro Fórum.

---

<sup>9</sup> Realizado pelos adolescentes a partir de suas visões acerca dos indicadores de impacto e gestão do Selo. Esse diagnóstico deve ser apresentado no 1º Fórum Comunitário

<sup>10</sup> A metodologia do Selo sugere que na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 2011, sejam tratadas as questões referentes ao programa.



### 2.1.1 Participação Social: Educação para a Convivência com o Semiárido; Impacto Ambiental, Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial e Esporte e Cidadania

Quando se fala em participação social, se destaca a importância da adesão dos indivíduos na organização da sociedade, logo configura-se enquanto um chamamento para as decisões da coletividade. Porém, é sabido que no decorrer do processo histórico da humanidade, muitas vezes as massas foram chamadas para o debate e para a tomada de decisões e a vontade que prevaleceu foram as de quem estava no poder.

Mas, trazendo esta abordagem para o Programa Selo UNICEF Município Aprovado, a participação social deve ser a mais ampla possível, mobilizando assim setores diversos do poder público e da sociedade civil, com intuito de alcançar a melhoria da qualidade de vida para as crianças e adolescentes, assim como também de receber no final da edição uma avaliação positiva que culmina com o Selo UNICEF Município Aprovado.

Reforçando o que já dito, a avaliação deste eixo perpassa por realizações de dois fóruns comunitários. Para tanto, faz-se necessário escolher representantes e formar grupos para mobilizar as discussões de cada temática.

Vale ressaltar que é imprescindível o envolvimento das crianças e adolescentes e para que haja o fortalecimento das ações é necessário o acompanhamento das secretárias de educação, cultura, esporte, meio ambiente e de grupos municipais que tratam destas áreas.

Considerando-se que este eixo configura-se como o de maior relevância na realização da pesquisa, por abordar questões referentes à igualdade étnico-racial, sendo assim optou-se apenas em situar o leitor sobre as outras temáticas.

Dessa forma, o tema Educação para a Convivência com o Semiárido, não foi realizado em municípios que não estão inseridos nesta região, logo em Palmeirândia não houve esta temática.

Já a abordagem seguinte Mudança Climática e o Impacto na Vida de Crianças e Adolescentes evidencia-se como uma área de acirrados debates, visto que na contemporaneidade, o planeta Terra tem sofrido conseqüências alarmantes causadas pelos desmandos do homem. Dessa forma, a ideia do

programa é conscientizar crianças, adolescentes e comunidade em geral para as suas responsabilidades na preservação do meio ambiente.

Com relação à temática Esporte e Cidadania, o programa sistematizou como ação opcional, mas as cidades que a realizarem aumentarão suas possibilidades de conquistar o Selo. Atividades esportivas são atrativas para as crianças e adolescentes e devem ser colocadas como espaços de construção de cidadania, de educação, socialização e inclusão social, enfatizando ainda que o esporte é um direito de todos, como afirma a Constituição Federal de 1988 em seu art. 217 – “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”.

No que diz respeito à temática: Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial, evidencia-se no programa Selo UNICEF, o ponto mais importante para este trabalho, isto porque essa discussão culmina com a valorização do estudo da história e da cultura afro-brasileira no município de Palmeirândia, tratando pois do objetivo da pesquisa.

Sendo assim, o programa Selo UNICEF teve a preocupação de montar materiais, como guias, slides e informativos para que os municípios pudessem desenvolver da melhor forma possível o trabalho de cada tema, assim como discutir alguns conceitos importantes.

Mas, é sabido que tem-se a noção de que abordar temáticas que envolvam os conceitos de cultura e identidade não é uma tarefa fácil nem para historiadores, nem para antropólogos, tampouco para os folcloristas, visto que instiga as discussões acerca de vários objetos de estudo que estão muito próximos de um ou outro campo de pesquisa, como folclore, cultura erudita, cultura popular, cultura de massa, povo. Por isso, muitos estudiosos expressam um certo desconforto na tentativa de delimitar essas áreas de estudo ou até mesmo definir com clareza esses conceitos.

Porém, como a intenção deste estudo não é discutir esses conceitos, com a devida profundidade que eles requerem, limita-se a análise apenas aos escritos de Carlo Ginzburg na medida em que ele reconhece que os indivíduos considerados em outros momentos como “camadas inferiores dos povos civilizados” possuíam cultura:

A existência dos desníveis culturais no interior das assim chamadas sociedades civilizadas é o pressuposto das disciplinas que foi aos poucos se autodefinindo como folclore, antropologia social, história

das tradições populares, etnologia européia. Todavia, o emprego do termo cultura para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da antropologia cultural. Só através do conceito de 'cultura primitiva' é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como 'camadas inferiores dos povos civilizados' possuíam cultura. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe. Dessa maneira, foi superada, pelo menos verbalmente, não só a concepção antiquada de folclore como mera coleção de curiosidades, mas também de que distinguia nas idéias, crenças, visões de mundo das classes subalternas nada mais do que um acúmulo desorgânico de fragmentos de idéias, crenças, visões de mundo elaborados pelas classes dominantes provavelmente vários séculos antes. A essa altura começa a discussão sobre a relação entre cultura das classes subalternas e das classes dominadas. Até que ponto a primeira esta subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura? (GINZBURG, 1987, P.16-17)

Por esta citação nota-se que todo povo possui sua cultura e que elas se entrelaçam em uma relação mútua de influências. Tomando estas contribuições para este estudo pode-se perceber duas culturas fazendo o movimento de circularidade cultural proposto por Bakhtin e por Ginzburg, na medida em que se tem uma cultura oficial e européia considerada civilizada, logo superior e dominante e uma cultura africana, tida como inferior, dominada e que vivia na barbárie e ambas ao encontrarem-se o processo de colonização européia trocaram experiências culturais. Reforçando as discussões de Bakhtin sobre o termo circularidade cultural, afirma Silva:

Bakhtin refuta a tradicional dicotomia entre cultura erudita e cultura popular, negando qualquer superioridade ou dependência absoluta de uma em relação à outra. A todo o momento enfatiza as relações que entre elas se estabelecem, num constante processo de interação e re-alimentação que instaurando um movimento circular, busca a unidade dos contrários através de uma síntese dialética que anula toda e qualquer justaposição. (SILVA, 1996, p.210)

É nesse contexto que os escritos de Bakhtin e Ginzburg têm fundamental importância, visto que permitem às camadas tidas como inferiores mostrarem que também possuem cultura e que esta, influencia e pode ser influenciada por outras culturas.

Sendo assim, entende-se que este trabalho monográfico se insere nessas discussões, uma vez que almeja trazer para sala de aula, isto é, um

ambiente sistematizado de ensino, aspectos a serem trabalhados sobre a história e a cultura afro-brasileira, articulando os chamados saberes popular e o erudito proporcionando assim, a desconstrução desses domínios enquanto opostos.

Nesse contexto, o Programa Selo UNICEF Município Aprovado propõem que crianças e adolescentes brasileiras possam conhecer a história e a cultura do seu povo para que assim aprendam a valorizar. Isto é reforçado no guia metodológico que trata desta abordagem:

Cada criança e cada adolescente, independentemente da raça, etnia ou cor da pele, devem ser estimulados a reconhecer e valorizar as identidades culturais. Ao entender que há tradição e história presentes em aldeias, comunidades ribeirinhas, quilombos, bairros populares, terreiros, assentamentos e outros espaços, eles podem se orgulhar de a cultura de sua localidade integrar a diversidade que caracteriza o Brasil. E esses aspectos locais devem – até por lei – fazer parte dos conteúdos escolares.(UNICEF, 2011 p.09)

Nesse sentido, a escola configura-se enquanto um espaço propício para ser trabalhada essas relações culturais e identitárias do povo brasileiro, compreendendo a sua diversidade cultural. Assim, instrumentos legislativos como a Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDB 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei 10.639/03 e seus desdobramentos legais foram elaborados para proporcionar e fortalecer espaços para aqueles sujeitos que, até então, não faziam parte das narrativas históricas, permanecendo apenas como ouvintes das histórias contadas pelos “grandes homens”.

## 2.2 O Parâmetro Curricular da Disciplina Escolar História e a Lei nº 10.639/03

Desde 1985, com o processo de redemocratização, professores e pesquisadores juntamente com as Secretarias de Educação de Estados e Municípios brasileiros, elaboraram inúmeras propostas curriculares, evidenciando-se assim uma heterogeneidade nos programas de cada disciplina. (BITTENCOURT, 2005)

No caso do currículo de História, houve grande aceitação do programa implantado em Minas Gerais, por ser considerado uma síntese das expectativas de um ensino democrático e participativo, e que refletia o momento

político atual. A adoção do programa mineiro foi percebida tanto nas programas de outros estados, quanto no campo editorial dos livros didáticos.

Seus princípios estavam respaldados na concepção marxista, não fugindo de uma visão linear da História, a qual organiza seus conteúdos pela cronologia dos modos de produção, além de simplificar as relações de trabalho entre dominantes e dominados. Apesar da aceitação inicial desse programa, logo vieram às críticas, visto que uma nova corrente historiografia ganhava espaço nas produções brasileiras. Fonseca evidencia:

Se num primeiro momento a nova história a ser ensinada nas escolas apoiava-se teoricamente no materialismo histórico e o momento político favoreceu, sem dúvida, essa escolha -, logo no final dos anos 80 e início dos 90 a historiografia brasileira acelerava um significativo processo de renovação, expondo a influência cada vez mais nítida da chamada “nova história”, particularmente a tendência de origem francesa. (FONSECA, 2006, p. 65)

Nesse contexto novas propostas foram incorporadas ao ensino de História, embasadas nas atuais discussões historiográficas, especialmente as oriundas da Escola dos Annales e da História Social Inglesa, focalizando temas como mentalidades e cotidiano, promovendo assim um novo olhar nos programas e aos materiais didáticos que logo seguiram esta linha de produção.

Então, com intuito de universalizar o currículo em 1997 o Ministério de Educação juntamente com as entidades representativas educacionais, as secretarias regionais de educação e a consultoria do espanhol César Coll, elaboraram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

A elaboração dos PCN's de História realizou-se sob o ponto de vista historiográfico, pautados nos estudos reverenciados pela Nova História, permitindo novas abordagens que ampliaram a noção de sujeito histórico, focados até então pela História Tradicional nos “Grandes Homens”. Evidencia-se então nesse documento:

O sujeito histórico pode ser entendido, por sua vez, como sendo os agentes de ação social, que se tornam significativos para os estudos históricos escolhidos com fins didáticos, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais. Podem ser assim todos aqueles que, localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características (...) Podem ser trabalhadores, patrões, escravos, reis, camponeses, políticos, prisioneiros, crianças, mulheres, religiosos, velhos, partidos políticos, etc. (BRASIL, 1997, p.29)

Destaca-se também a influência do construtivismo nos PCN's de História, na medida em que expressa a necessidade de integrar o ensino de História com cotidiano do aluno, objetivando a educação para a cidadania, inserindo a escola nos acontecimentos da sociedade. Além disso, essa nova visão da História proposta por este material, abomina a memorização dos fatos sociais, privilegiando a formação do pensamento crítico do aluno através da interação com o seu contexto Kessel ressalta:

Ao conteúdo histórico simplesmente transmitido pelo professor vieram se contrapor às tendências pedagógicas denominadas, *grosso modo*, de construtivistas que atribuem ao educando o papel de participante ativo de sua aprendizagem. Para a área de História, isto se traduz na importância de valorizar o papel do aluno como construtor da sua história<sup>11</sup>.

Com isso, é notável que essa proposta educacional demonstra a preocupação em sistematizar o ensino de história condizente com as discussões atuais deste campo de pesquisa, porém, é sabido que os currículos se constituem em importante instrumento da intervenção do Estado no ensino, logo os PCN's são resultantes de um jogo de poder, no qual está permeado por discussões e disputas com intuito de legitimar determinadas visões de mundo por meio dos saberes historicamente construídos (GOODSON 1995).

Goodson, ao analisar os currículos escolares, ressalta que se trata de um documento permeado por fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes sociais não tão “nobres” e “formais”, tais como interesses, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, etnia, gênero conceitos construídos historicamente. Como afirma Michel de Certeau (2000, p. 66), toda elaboração de uma pesquisa (neste caso voltado para os currículos) “se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”.

Nota-se que o currículo não é um material neutro, visto que está inerente em seu discurso a influência do lugar social e a carga social individual daqueles que elaboram o documento, além disso, o referido material é construído tendo-se em vista que tipo de sociedade se deseja formar, sendo

---

<sup>11</sup> KESSEL, Zilda. Memória nos Parâmetros Curriculares. Disponível em <http://www.museudapessoa.net/biblioteca/pdfs/memorianosparametroscurriculares.htm>. Acessado no dia 16 dez. 2011.

assim, a sociedade é tida com um todo homogêneo e harmonioso. Nesse sentido Bittencourt comenta:

(...) não relativizam a realidade e trabalham com a ausência de rupturas e resistências. As dificuldades e obstáculos do cotidiano estão ausentes dos textos. Os currículos e programas das escolas públicas, sob qualquer forma que se apresentem (guias, propostas, parâmetros), são produzidos por órgãos oficiais. Que os deixam marcados com suas tintas, por mais que os documentos pretendam representar o conjunto dos professores e o 'interesse dos alunos'. E por mais que tais grupos reivindiquem participação na elaboração de instrumentos de trabalho, ela tem se restringido a leituras discussões posteriores à sua elaboração. (BITTENCOURT 2005, p. 29)

Esse distanciamento entre propostas curriculares e vivência escolar celebra uma dicotomia que promove inúmeras críticas por parte de muitos pesquisadores, estudiosos e agentes educacionais, perdendo assim o seu caráter direcionador do trabalho docente, para tornar-se um material apenas de contestação.

Esses estudos e críticas apontam as falhas presentes nos PCN's, pois ao passo que propõem novos olhares, novas fontes, novas metodologias, permite a continuidade de uma concepção tradicional da educação, demonstrando contradições em seu texto. Exemplo disso é a linearidade com que entende a história da disciplina História, em contrapartida crítica a ordem cronológica dos fatos.

Outra crítica perpassa pela aceitação da História enquanto disciplina somente a partir do nascimento do Estado Brasileiro, isto é, escolhe uma concepção historiográfica que valoriza as instituições e a escrita, ignorando assim as memórias extra-oficiais e a educação formal de momentos históricos anteriores.

Somado-se a esses elementos, tem-se as críticas de autores que apontam a ausência das referências bibliográficas nesse documento, não fornecendo assim subsídios que sugiram leituras complementares por parte dos agentes educacionais, assim como também não promove as discussões entre os autores, sendo configurado como um manual de instrução pronto e acabado para o professor executar ( GALVES, 2004).

Embora existindo diversas ausências nos Parâmetros Curriculares Nacionais, pode se perceber um espaço para novas abordagens, as quais muitas vezes permanecem apenas no papel, visto que além de propor, faz-se necessário que haja políticas públicas, por parte do Ministério da Educação e

das Secretarias Municipais e Estaduais que estimulem a realização daquilo que se configura como interessante pela escola.

Cabe ressaltar que essa escolha deve emergir de um Projeto Político Pedagógico democrático, no qual os vários sujeitos envolvidos no processo educacional possam expressar as suas opiniões.

Nesse sentido, destaca-se neste estudo o tratamento dispensado pelos currículos à cultura, ressaltando-se que mesmo existindo essa intenção nos PCN's de História e no Tema Transversal – Pluralidade Cultural, não se percebe, porém uma clara política de incentivo à cultura como um espaço de múltiplas identidades.

Esse entendimento vai de encontro à proposta do PCN's, já que “é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais” (BRASIL, 1997, p.32). Entende-se então a construção de uma identidade nacional, como um elemento constituinte da formação da História enquanto disciplina escolar, se perpetuando até hoje como objetivo principal desse saber.

No parâmetro curricular que aborda à pluralidade cultural também é possível notar a preocupação com a construção da identidade nacional, dentre um dos seus objetivos gerais: “Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país”. (BRASIL, 1997, p. 7). Assim, o currículo, em suas várias análises, não deixa de fazer referência a um plano que prioriza o nacional, deixando as informações regionais a cargo das determinações locais, correndo-se o risco de não haver esse direcionamento.

Retomando a problemática central da pesquisa, que é tratar sobre o estudo da história e cultura afro-brasileira no meio educacional, identifica-se a sua existência no espaço escolar, porém não é articulada as disciplinas, visto que são encaradas, muitas vezes, por gestores, professores, alunos, pais e comunidade em geral como uma atividade apenas festiva, envolvendo apresentações de manifestações culturais, geralmente ensaiadas pelos professores de Educação Física, explorando a expressão corporal do aluno. Segundo Côrtes:



Tratados como estudos sem importância, estes conteúdos só encontram significado nas chamadas atividades extra classe, com a denominação de atividades complementares, extra escolar ou de lazer, a festa, o folclore a as artes populares. Normalmente desenvolvidas no mês de agosto, dentro de disciplinas isoladas, especialmente a Educação Física, os projetos que discutem este assunto raramente ultrapassam os limites do exótico, através das atividades que envolvam, as tradições brasileiras ou as antiguidades populares, normalmente ilustrada nas comemorações cívicas ou nas comemorações organizadas pela escola como feiras de cultura. (CÔRTEZ, 2004 p. 331-332)

A maneira como está sendo encarado o estudo da história e da cultura afro-brasileira no meio educacional, desperdiça o objetivo principal desta parceria: problematizar a cultura, a história a identidade, enquanto campos de estudos da educação, proporcionando assim, um leque de discussões envolvendo cotidiano dos alunos, professores e outros; respeito à cultura do outro, conhecer a sua cultura para assim respeita-lá, enfim muito pode ser dito a respeito de uma comunidade por meio da cultura e isto, deve ser uma prática constante nas escolas, pois é interessante enriquecer estes alunos com saberes populares articulados aos saberes científicos em todo o ano letivo e não apenas nas festas juninas, feiras culturais, dia internacional do Folclore, dia das crianças, estes são momentos que devem continuar existindo, mas não isoladamente, e sim contextualizado com o conteúdo escolar. De acordo com Lopes:

O conhecimento escolar se propõe a princípio, a construir/transmitir aos alunos o conhecimento científico e ao mesmo tempo é a base de transmissão/construção do conhecimento cotidiano de uma sociedade (...) esses dois campos se inter-relacionam com o conhecimento escolar, mas não sem contradições.(LOPES, 1999, p.110)

É nesse contexto que se destaca a cultura como elemento integrado ao currículo escolar, já que o mesmo busca articular o estudo da história e da cultura afro-brasileira ao ensino de História, conforme preconizado pela lei 10.639/03, e no caso específico de Palmeirândia tem-se a metodologia do Programa Selo UNICEF Município Aprovado, como principal estímulo para a inserção desta lei no currículo escolar das escolas deste município.

## 2.3 A Lei nº 10.639/03 e a sua Inserção no Currículo Escolar

Ao longo de sua história, a escola configurou-se como um espaço de retomada das informações impostas pelas classes dirigentes, com o intuito de moldar a sociedade de acordo com os seus interesses, focalizando tradições inventadas oficiais, e paralelamente a isso, existia neste ambiente uma cultura silenciada que não conseguia exteriorizar as suas especificidades.

A educação é inerente às sociedades, logo, não é apenas nas escolas que se pode encontrar o conhecimento, visto que isto se desenvolve através de múltiplos canais e em variadas situações. O ser humano, nos diversos locais em que se estabeleceu, organizou formas de comunicação que, promovem, em síntese, situações de ensino aprendizagem. Ensina-se e aprende-se na convivência familiar, nos locais de trabalho, na internet, na televisão, na escola, nas questões que envolvem a cultura popular, entre tantas outras possibilidades.

Mas, escola foi elaborada, do ponto de vista institucional, como um ambiente ideologicamente construído para a experimentação de processos de ensino e aprendizagem. Porém, outros espaços quebraram a sua redoma, expondo-a num universo de informações que a sociedade passou a exigir, muitas vezes inconscientemente, que fosse trabalhada na escola, uma vez que alunos, professores e demais atores educacionais fazem parte da dinâmica social, portanto, as suas relações fora do espaço escolar de alguma forma influenciam a dinâmica da instituição. Comenta Pereira:

(...) de um lado, a escola oficial estabelece programas de ações universalizantes, entrando em choque com os anseios de grupos locais, que reivindicam o atendimento de suas demandas particulares(...) Nesse sentido, é interessante uma aproximação aos procedimentos adotados pelos vários agentes que participam dos processos de ensino-aprendizagem em diferentes contextos. (PEREIRA, 2003 p.14-15)

Nesse contexto educacional, principalmente no campo da disciplina História, é possível notar uma abertura para novas abordagens, as quais estavam esquecidas, mas ainda existem grandes dificuldades para que se tenha um currículo que atenda a demanda da diversidade cultural brasileira.

Existem alguns marcos que demonstram que este anseio já percorre algumas décadas no Brasil: desde 1978, o movimento negro reivindica através das suas lutas espaços que valoriza a história do negro, além disso a partir de 1985 com o processo de abertura política foi estimulado a discussão para reformulações curriculares, assim como a reconstrução da História enquanto disciplina escolar.

Pode-se destacar ainda como marco dessa luta o ano de 1988, evidenciando o centenário da Abolição da Escravatura que instigou discussões de combate ao racismo e ações afirmativas contempladas na Constituição Federal.

Mas, é sabido que essa diversidade cultural já está sendo inserida enquanto saber escolar, trazendo para as aulas de História as discussões acerca das múltiplas influências na formação do povo brasileiro, exemplo disso é a contribuição africana.

Com isso, surgiram discussões no campo educacional para atender esta demanda no currículo nacional. Destaca-se nesse contexto a política multicultural que a partir da segunda metade do século XX, passou a ganhar lugar nos bancos das escolas, isto é explicado pela necessidade do currículo oficial contemplar aspectos referentes à diversidade cultural do Brasil, ou seja, o currículo foi ampliado para atender a demanda de uma educação que visa também àqueles que por tanto tempo foram excluídos do processo educacional, apresentando-se como uma necessidade no mundo contemporâneo.

Mas, é sabido que a escola funciona como um instrumento ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1985), logo cabe a ela repassar aos alunos conteúdos condizentes com objetivos maiores do Estado, sendo assim, essa instituição configura-se como um ambiente ideologicamente construído a partir de currículos universalizantes que primam por uma cultura erudita, embasada no eurocentrismo.

Na contemporaneidade, a necessidade de uma educação democrática está sendo bastante requerida por parte da sociedade, visto que a partir da década de 60, intensificou-se um movimento que via na educação escolar um meio eficaz para promover a igualdade de oportunidades para

todas as classes sociais, aumentando assim a demanda de alunos das classes menos favorecidas.

Assim, entende-se a escola como um ambiente eminentemente da diferença, onde estão presentes muitas pessoas, as quais se apresentam com suas singularidades, isto é, um espaço dinâmico que reflete as tensões e conflitos sociais postos em uma esfera maior. Com um público bastante heterogêneo, passa-se a ter exigências para satisfazer o novo alunado, cabendo ao Estado promover políticas educacionais que visam incluir nos currículos questões referentes à diversidade cultural.

No entanto, o fenômeno da globalização impede essa diversidade, uma vez que busca assegurar a uniformização da vida. No campo escolar, isto é determinado pela ausência de múltiplas abordagens culturais, colocando-se para o aluno, independente da sua história de vida, um conteúdo pré-estabelecido pelo currículo. De acordo com isso Côrtes declara:

Nesse contexto, aspectos relacionados à cultura popular e aos saberes populares nacionais, não têm conseguido espaço nos currículos educacionais brasileiros, e deixam de relacionar a vida escolar com a vida cotidiana de seus alunos e professores. (CÔRTEZ, 2002, p. 329)

Assim, voltando-se para o ensino de História, numa vertente tradicional embasada nos grandes homens e grandes eventos, percebe-se a atuação da escola como legitimadora dos interesses Estatais, repassando assim um ideal de nação sem conflitos. Por isso, faz-se necessário a influência da História Nova e do multiculturalismo na disciplina escolar História, permitindo assim a desconstrução dos mitos nacionais, e dando lugar aos sujeitos oprimidos pela História oficial.

Nessa linha de estudo, Peter McLaren, Paulo Freire, Giroux, Santomé entre outros, defendem a inclusão de novas temáticas que extrapolem as macro-abordagens, possibilitando a compreensão da teia de relações que envolvem a escola. Gonçalves e Silva afirmam:

Em suma, a educação multicultural propõe a reforma das escolas e de outras instituições educacionais com a finalidade de criar iguais oportunidades de sucesso escolar para todos os alunos, independente de seu grupo social, étnico/racial. (GONÇALVES e SILVA 2006, p. 50)

Através desse incentivo, a sala de aula pode ser transformada em um palco de vários autores, isto é, negros, mestiços, índios, acostumados com os bastidores ou com a platéia, passam a traçar suas histórias juntamente com outros personagens.

Para que de fato ocorra essa integração, as instâncias federais, estaduais e municipais devem manter parcerias, com intuito de fortalecer propostas educacionais, currículos oficiais e projetos políticos pedagógicos direcionados para um ensino que valoriza as influências mútuas entre as culturas, proporcionando assim ao professor um campo fértil a ser utilizado como instrumento pedagógico de suas disciplinas.

No caso do ensino de História, destacam-se mudanças substanciais nas últimas décadas, visto que esta disciplina recebeu influência das discussões acadêmicas que renovaram o campo historiográfico, permitindo abordagens que fugiram da padronização eurocêntrica, e foram refletidas nos livros didáticos, em propostas curriculares, em recursos inovadores e nas práticas de alguns professores.

A políticas multiculturais fortaleceram e estimularam a construção de currículos embasados na diversidade cultural brasileira e assim a formulação de uma legislação que consolidasse essa demanda. Exemplo disso está presente nesta pesquisa, trata-se da lei nº 10.639/03, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, tal dispositivo trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas do Ensino Fundamental e Médio. Assim, esta exigência imposta pela lei que trata das relações étnico-raciais, levou os legisladores a modificar o texto da LDB para a inserção destes aspectos. Segundo a LDB 9394/96:

**Art 26-A** *Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.*

**Primeiro parágrafo** - *O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as*

*contribuições nas áreas social, econômica e política pertinente à história do Brasil.*

**Segundo parágrafo** - *Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.*

Porém, mesmo existindo uma legislação específica para legitimar esses estudos, é notável que essa lei seja propositora de grandes desafios: aos profissionais de educação e ao mercado editorial brasileiro, ambos despreparados para atender à demanda de conhecimento sobre o continente africano, bem como sua contribuição na formação de nosso país. Além disso, os sistemas de educação, principalmente os municipais, ainda encontram dificuldades para implantação da lei.

Dessa forma, o referido trabalho buscou analisar a estratégia utilizada pelo município de Palmeirândia para inserir a Lei nº 10.639/03 em sua política educacional e, especialmente, na disciplina escolar História. Para tanto, notou-se que tal município aderiu ao programa Selo UNICEF: município aprovado (2009-2012) para dar suporte a efetivação desta lei.

### 3 PROGRAMA SELO UNICEF: uma possibilidade de inserir a lei nº 10.639/03 na Disciplina Escolar História da Rede Municipal de Educação Palmeirândia

#### 3.1 O Município de Palmeirândia: aspectos gerais

O município de Palmeirândia, localizado a 332 km da capital do Estado do Maranhão, está integrado à micro região da baixada maranhense, local de significativa riqueza cultural, onde se vislumbra manifestações das mais variadas origens e expressões, configurando-se enquanto campo fértil para trabalhar a história e cultura afro-brasileira no contexto escolar.

Possui área territorial de 526 Km<sup>2</sup>, divididas em três distritos e 95 localidades. De acordo com os dados do IBGE (2010), o município de Palmeirândia possui 18.766 habitantes, sendo que 19% vivem na zona urbana e 81% na zona rural. A densidade demográfica é de 35,7 hab/km<sup>2</sup>. Na figura abaixo é possível ver a localização de Palmeirândia:

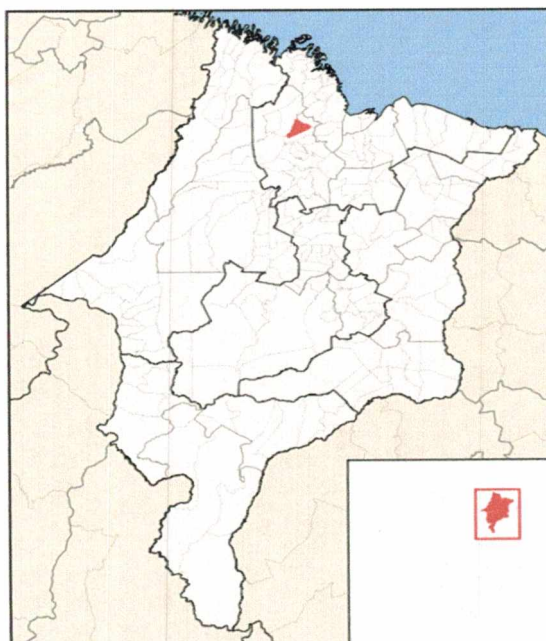


Figura 1: Localização do município de Palmeirândia  
Fonte: Wikipédia

A principal atividade econômica é a agricultura baseada em pequenas lavouras de milho, mandioca, arroz e feijão. Há também a pecuária, com a criação de gado bovino e suíno. A extração do coco babaçu é bastante representativa no município. O comércio local é pequeno, voltado para o

consumo local. A pesca é praticada apenas para a subsistência. De acordo com o último censo, o IDH deste município e de 0, 569% e a taxa de analfabetismo com mais de 15 anos de idade é de 32,48%.

Segundo dados da Secretária Municipal de Educação, existem atualmente 57 unidades de ensino em Palmeirândia, sendo 54 municipais e 03 estaduais. No que se refere à rede estadual de educação, percebe-se um distanciamento, tanto físico, quanto pedagógico da regional Viana, visto que localiza-se a 70km de distância de Palmeirândia, dificultando assim o acompanhamento necessário.

Vale ressaltar, que o apoio logístico destas escolas estaduais é dispensado, em grande parte, pela Prefeitura de Palmeirândia, através da Secretaria Municipal de Educação. Porém, é sabido, que ainda existem várias problemas a serem enfrentados, como o próprio IDEB das escolas de Palmeirândia e da grande parte da baixada maranhense, que estão em torno dos índices 2 e 4. Porém, é importante frisar a escola municipal Raimundo Pereira localizada na sede de Palmeirândia, obteve na última avaliação o IDEB 4,9, se destacando como a 9<sup>o</sup> melhor escola pública do Estado do Maranhão, escola está engajada do Programa Selo UNICEF, ver matéria (ANEXO II ).

A partir desses dados gerais é possível perceber as dificuldades pelas quais o município se depara, e isto se prolonga para o próprio estado. O Maranhão tem se destacado no cenário nacional, pela suas potencialidades múltiplas, no entanto ainda conserva um dos menores índices de desenvolvimento econômico, retrato do difícil acesso da população às diferentes oportunidades de qualificação profissional, além disso, evidencia-se um conturbado ingresso em instituições culturais e educativas, as quais possuem uma função social extremamente importante na formação do cidadão, visto que direciona para uma maior sensibilização de seu papel social, cultural e político na sociedade.

Mas, ainda com dificuldades provenientes da própria região Palmeirândia dispõe de uma grande riqueza histórico cultural, perpassando por danças (Bumba-meu-Boi, Tambor de Crioula, Blocos Carnavalescos, Dança Country, Dança Portuguesa, Quadrilhas), pelo artesanato, originado da palmeira do babaçu, à religiosidade católica e afro-brasileira, representadas no município pelos festejos populares, como Festejo de Santo Antônio Padroeiro



da cidade-, Festejo de Santa Bárbara, Festejo de São Benedito, Festa do Divino Espírito Santo, Festejo de São Jorge, Festejo de Santa Luzia, Festejo de Nossa Senhora da Conceição, Bumba-reggae<sup>12</sup> e Tambor de Mina e Umbanda.

Destaca-se também no calendário Histórico Cultural de Palmeirândia o Aniversário da Cidade comemorado no dia 17 de Janeiro, onde é desenvolvida uma vasta programação que movimenta a cidade, fazendo despertar o sentimento de identidade e a valorização cultural. Em seguida as comemorações são voltadas para o Carnaval fora de época, no qual se têm a presença de blocos carnavalescos, concurso da Musa e do Rei Momo, bandas regionais e nacionais. Além do período junino que ganha mais destaque no município, uma vez que o Padroeiro da cidade é Santo Antônio, considerado pela cultura popular como um dos santos comemorados e homenageados nesse período.

E ainda, são realizados ao longo do ano palestras e oficinas em datas significativas para a população, como o dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia Internacional do Folclore, Semana da Pátria, Dia das Crianças, Dia da Consciência Negra, Natal, comprovando que a população se preocupa com tais temáticas e se propõem a projetar sua função social de cidadão participando dessas discussões .

Além dessas manifestações culturais, Palmeirândia vem despertando para as artes cênicas, através da Companhia "Expressão Livre", criada por jovens cadastrados no Fórum da Juventude, instituição não governamental que funciona através de parcerias com a prefeitura e ONG's. A referida Companhia já desenvolveu três espetáculos (Chegança, Cercas e Imagens), todas relacionadas à cultura popular.

Tudo isso, foi citado para demonstrar o envolvimento de parte da população palmeirandense com as questões culturais, porém é sabido que ainda há muito por fazer para que alcance resultados qualitativos e quantitativos referentes à valorização e participação da cultural local.

Um grande exemplo disso está voltado para o currículo escolar que deveria está adequado a uma realidade de intensas atividades culturais, porém

---

<sup>12</sup> Festejo peculiar do município que acontece todos os anos no segundo final de semana de junho e possui uma programação vasta com torneios de futebol durante o dia e tambor de crioula, bumba-meu-boi e reggae à noite.

o que ainda se percebe, não só em Palmeirândia, mas em várias regiões do Brasil é a valorização dos conteúdos formais em detrimento de manifestações populares, ou informais que fazem parte da vida dos sujeitos escolares envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Nesse contexto, Palmeirândia aderiu ao programa Selo UNICEF – município aprovado (edição 2009-2012) e assim este trabalho monográfico se direcionou para perceber como o Programa estimulou a inserção das discussões referentes à lei 10.639/03 no currículo escolar da rede municipal de ensino, já que um dos eixos do programa, intitulado Cultura e Identidade – Comunicação para a Igualdade Étnico-Racial, possuem tal finalidade.

### 3.2 O Programa Selo UNICEF no Município de Palmeirândia

Como já foi dito, o Programa SELO UNICEF: município aprovado (2009-2012) tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes na região do Semiárido e na Amazônia Legal. Para que esse objetivo seja alcançado, foram escolhidos quatro temas atuais que nortearam as ações do Programa: Educação para a Convivência com o Semiárido, somente para os municípios desta região; Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial; Esporte e Cidadania e Mudança Climática e o Impacto na Vida de Crianças e Adolescentes

Para que de fato a metodologia do Selo alcance os objetivos propostos faz-se necessário traçar um caminho que foi iniciado em 2009 com a adesão do Programa e irá culminar em dezembro 2012 com a avaliação e o reconhecimento do município através de um selo internacional, caso atenda aos índices qualitativos e quantitativos já citados nesse trabalho.

Sendo assim o objetivo primeiro desta pesquisa foi analisar a parceria entre o Programa Selo UNICEF e o município de Palmeirândia, focalizando o tema Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial, uma vez que o objetivo principal é analisar como o referido programa contribuiu para a inserção da lei 10.639/03 na disciplina História da rede municipal de educação de Palmeirândia.

Para tanto, o município precisou traçar essa trajetória ilustrada abaixo. Vale destacar que o programa ainda está em andamento, estando em processo de avaliação, como será abordado neste tópico.



Figura 2: Os passos do Programa Selo UNICEF  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

Dessa forma, o primeiro passo foi o prefeito Antônio Eliberto Barros Mendes e o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Leonel Abreu Viegas assinar o termo de adesão ao Programa Selo UNICEF (ANEXO III ). Na ocasião o prefeito indicou como articuladora do Programa a Coordenadora Educacional a Prof<sup>a</sup> Esp<sup>a</sup> Leopoldina Soares Pinheiro. No que se refere a importância do Programa para o município de Palmeirândia, o prefeito<sup>13</sup> ressalta:

O Programa Selo UNICEF, trouxe inúmeros benefícios para Palmeirândia, como por exemplo: levou o poder público para discussão dos problemas da cidade junto com a sociedade civil, proporcionando o estímulo de ações que objetivavam a melhoria da vida de crianças e adolescentes.

Feita a adesão, a orientação metodológica foi realizar a mobilização, isto é, divulgar o que é o programa em rádios, televisão, redes sociais, carro de som. Além de realizar capacitações e reuniões para buscar os parceiros no município que farão parte da Comissão Pró-Selo.

As reuniões no município de Palmeirândia aconteciam no Fórum da Juventude, que se configura na cidade como um espaço de organização de jovens que funciona em parceria com a Prefeitura e ONG's com finalidades culturais, esportivas e sociais.

<sup>13</sup> Entrevista realizada no dia 30 de agosto de 2012, com o Prefeito de Palmeirândia Antônio Eliberto Barros Mendes.

A metodologia do Selo segue oferecendo capacitação para o prefeito, o articulador local, o presidente do CMDCA e dois adolescentes que também são mobilizadores locais. Essas capacitações ocorreram em São Luís e nas cidades de São Bento e Pinheiro. Como pode ser observado na figura abaixo:



Figura 3: Leopoldina Pereira – capacitação da articuladora municipal  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

Nesta ocasião a articuladora local Prof<sup>a</sup> Leopoldina Pereira estava acompanhada do vice presidente do CMDCA, e do adolescente Adriano Pinheiro, onde participaram de uma capacitação em São Luís acerca do Programa, com intuito de serem multiplicadores dessas informações no município. Com relação a essa formação a Prof<sup>a</sup><sup>14</sup> declara:

O Programa Selo UNICEF trabalha em uma perspectiva inter setorial, pensando ações conjuntas da educação, saúde, assistência social, esporte e cultura. E as formações são primordiais para que nós possamos pensar essas ações de forma mais dinâmica e eficiente para chegar no objetivo principal que é melhorar a vida das crianças e adolescentes do nosso município.

Nesse sentido, ao retornarem para Palmeirândia a equipe municipal do Selo teve logo a preocupação em realizar reuniões sobre o que foi informado na capacitação, as quais perpassaram em conhecer o programa e demarcar a atuação do município.

Foi necessário ainda, discutir a composição da Comissão de trabalho e divisão de tarefas, escolha da logomarca do programa no município,

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada no dia 30 de agosto de 2012, com a articuladora local do Programa Leopoldina Soares Pereira.



ações das secretarias que foram repensadas para se aproximar da metodologia do Selo, enfim a mobilização foi feita de uma forma muito positiva, visto que vários setores participaram desse momento inicial, como demonstra a lista de frequência (anexo IV).

Assim foi montado um calendário de encontros que tiveram a intenção de diagnosticar e monitorar os indicadores quantitativos e qualitativos relativos à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, os quais fazem parte dos eixos Impacto Social e Gestão de Políticas Públicas.

Essas reuniões também tinham a função de fortalecer e capacitar a Comissão Pró-Selo para a organização dos Fóruns Comunitários, os quais fazem parte das ações do eixo Participação Social e é pré-requisito para o prosseguimento do Programa na cidade.

Vale ressaltar também que as discussões, neste trabalho, têm a intenção de falar de modo geral do Programa para situar o leitor, mas o foco da pesquisa está no eixo Participação Social que aborda a temática Cultura e Identidade e a lei nº 10.639/03, que será dissertado com maiores detalhes.

Nesse sentido, foi feito o convite a toda população de Palmeirândia para participar do 1º Fórum Comunitário (anexo V) no dia 16 de setembro de 2010. O evento contou com a representação do poder público (prefeito, secretários e funcionários em geral), assim como das instituições sindicais, religiosas, escolares, como pode ser verificado na figura a seguir:



Figura 4: 1º Fórum Comunitário de Palmeirândia  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

Na ocasião foi apresentado o diagnóstico da situação das crianças e adolescentes do município<sup>15</sup>, por meio de um relatório que instigou o debate, assim como proporcionou um direcionamento na construção do Plano Municipal de Ação, documento norteador de ações que visam possíveis resoluções dos problemas diagnosticados.

Ressalta-se ainda nesta solenidade a apresentação do Comitê Pró-Selo, composta pela articuladora do Programa, Presidente do CMDCA, representantes das secretárias municipais e demais grupos do município. Como pode ser visualizado na figura abaixo:

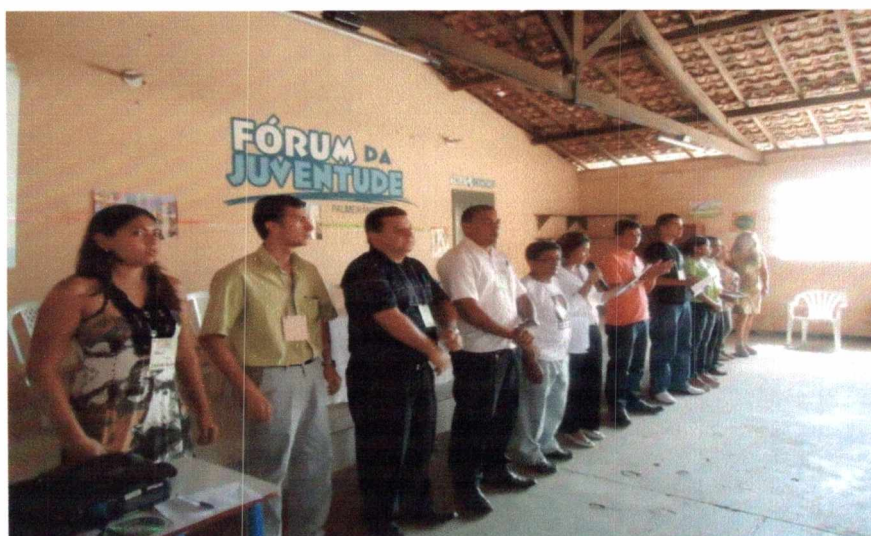


Figura 5: Comissão Pró-Selo  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

Um ponto muito positivo na composição desta Comissão (anexo VI) foi o grande número de representatividade, tanto do poder público, quanto da sociedade civil, possibilitando debates amplos e com olhares diferenciados. E ainda, a plenária foi composta por um número significativo de participantes dos mais diversos setores, vale frisar a presença também das crianças e adolescentes, inclusive nas apresentações culturais, como pode ser identificada na figura:

---

<sup>15</sup> Esse diagnóstico perpassa pela chamada Linha de Base de Indicadores de Impacto e Gestão referentes ao ano de 2007 encaminhada pelo UNICEF. É voltado também para a coleta e análise de dados complementares levantados nos anos posteriores a 2007, nas secretarias municipais e outros órgãos/sistemas que tenham relação com os objetivos e indicadores do Selo UNICEF, além do levantamento de projetos, programas e políticas sociais, equipamentos públicos e serviços básicos de atendimento à infância e adolescência.





Figura 6: Apresentação Cultural de alunos da rede municipal de Ensino  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

Como resultado deste primeiro Fórum foi elaborado um relatório<sup>16</sup> (anexo VII) que demonstra a realização do evento. Com intuito de identificar a aceitação da comunidade local acerca do Programa, perguntou-se a uma participante do evento chamada Maria Aparecida qual o seu posicionamento sobre o Selo UNICEF no município de Palmeirândia:

Acho que se for isso tudo que eles tão dizendo vai ser bom, porque tem mais uma preocupação com as crianças e adolescentes de Palmeirândia. Mas tem que colocar em prática, porque se ficar só nessa conversa não chegamos em lugar nenhum, né. Mas acho q vai dar certo.<sup>17</sup>

A fala desse participante demarca bem o descrédito que ações ligadas ao poder público em geral despertam na população. Dessa forma, fez-se necessário sensibilizar a comunidade local e instigá-los à discussão e a tomada de decisões, para que assim se sintam parte do processo.

Após a realização do referido Fórum, no qual foram discutidos e produzidos documentos norteadores do trabalho, ficou mais sistematizada a reunião da Comissão Pró-Selo, tendo em vista que a partir daí foi possível dividir as tarefas em grupos.

<sup>16</sup> O Relatório do 1º Fórum Comunitário e o Plano Municipal foram enviados ao UNICEF, com fins de comprovação do evento e de avaliação

<sup>17</sup> Entrevista realizada no dia 16 de setembro de 2010, com uma participante do 1º Fórum Comunitário de Palmeirândia – Maria Aparecida.

Com isso, a Comissão passou a desenvolver campanhas que incidissem diretamente na melhoria dos indicadores da vida de crianças e adolescentes, exemplo disso foram as Campanhas de Vacinação, de coleta de lixo seletivo, de incentivo ao aleitamento materno e de avaliação nutricional. Além das Conferências de Saúde, CMDCA, Cultura, Assistência Social e Educação, momentos de discussão, onde as questões referentes ao Programa Selo UNICEF tiveram lugar de destaque.

Paralelamente a isso a Comissão estava se articulando para o 2º Fórum, através de colóquios setoriais nas áreas de Mudanças Climáticas, Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial e Esporte e Cidadania que ocorreram no decorrer do ano de 2011

No que se refere à temática Esporte e Cidadania foram realizadas palestras demonstrando para as crianças e adolescentes e para a comunidade em geral a importância do sentido inclusivo de esporte, isso pode ser notado na foto, onde meninos e meninas jogam juntos. Um outro ponto trabalhado é a cooperação, visto que em uma jogada todos tocam na bola, e ainda, antes do início do jogo todos se reúnem para elaborar as regras.



Figura 7: Circuito de Esportes  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

É notável que trabalhar o esporte com crianças e adolescentes resgata o sentido de coletividade, muitas vezes deixado de lado no mundo contemporâneo. E o esporte é uma atividade primordial para a melhoria da



qualidade de vida humana e que está assegurado em legislações oficiais, como pode ser notado no guia de esporte do Projeto Selo UNICEF:

Praticar esporte é um direito consagrado na Convenção sobre os Direitos das Crianças, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É um direito que precisa ser garantido a cada criança e adolescente. Sem falar que investir no esporte ajuda também o Brasil a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). (UNICEF, 2009, p.12)

Através de observações, foi possível notar que Palmeirândia foi além da proposta do programa, visto que o departamento de esportes do município montou uma escolinha de futebol que atualmente atende 400 crianças e adolescentes, as quais possuem ainda acompanhamento pedagógico e nutricional.

Porém, ainda são visíveis as dificuldades enfrentadas para que o esporte faça parte da rotina desses jovens. Em muitos casos, a família não apóia, falta infra-estrutura adequada para a prática esportiva em muitas escolas, além da ausência de profissionais da área<sup>18</sup> para que o trabalho tenha melhores resultados.

No que se refere ao tema Mudança Climática e Impacto na Vida das Crianças e Adolescentes houve grande mobilização para participação das escolas, visto que é um debate atual e próximo dos alunos, por já fazer parte dos conteúdos escolares da disciplina de geografia. Através do Selo, as escolas usaram a criatividade e desenvolveram projetos pedagógicos, ações e trabalhos que além de estimular o processo de ensino e aprendizagem compuseram as apresentações do 2<sup>o</sup> Fórum Comunitário.

Tratando da temática mais importante para este estudo: Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial, destaca-se a necessidade da valorização da diversidade cultural no Brasil, alcançando assim a história e cultura afro-brasileira e indígena.

Então, para que esse objetivo seja alcançado, a escola configura-se enquanto um espaço propício para discutir as influências múltiplas existentes entre variadas culturas, como afirma Ginzburg (1987). Nesse sentido, tal

---

<sup>18</sup> Para sanar a falta de profissionais em várias áreas, o município de Palmeirândia assinou um convênio com a UFMA para a implantação de um pólo PROEB, disponibilizando os cursos de Educação Física e Letras (Português/Inglês).

valorização perpassa por legislações específicas no currículo escolar, para atender essa nova demanda. Exemplos disso são as leis nº 10.639/03 e a nº 11.645/08, as quais garantem a obrigatoriedade, respectivamente, do ensino de história e cultura afro-brasileira e história e cultura indígena no ambiente escolar.

Ambas as leis exigem entre outras providências, a formação inicial e continuada de professores e a produção de materiais didáticos condizentes. As culturas afro-brasileiras e indígenas constituem um rico manancial a ser trabalhado nas escolas, em aulas, projetos, eventos de forma lúdica e reflexiva.

A partir disso, o Programa Selo UNICEF elaborou um guia acerca desse assunto, disponibilizando suas metodologias para professores e qualquer sujeito educacional interessado, demonstrando também as razões pelas quais é importante discutir o tema:

Estimular as escolas a integrar o tema das culturas indígenas e negra nos currículos escolares e nas salas de aula; estimular as crianças e adolescentes, por meio das escolas, a reconhecerem, valorizarem e preservarem as culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas; dar visibilidade às formas como indígenas e afro-brasileiros têm preservado suas culturas e histórias; fortalecer a política de educação para a igualdade étnico-racial em cada município; promover a disseminação de políticas educacionais e culturais afirmativas, visando à superação das iniquidades e a garantia dos direitos de cada criança e adolescente do País. (UNICEF, 2011, p.06)

É importante ressaltar, que o município de Palmeirândia priorizou as suas discussões acerca da história e cultura afro-brasileira, com intuito de aproximar o Programa da realidade local, em virtude da presença de várias comunidades quilombolas,<sup>19</sup> assim como da herança marcante da cultura afro, através da cultura popular. Além do que, não há dados na região de comunidade indígenas.

Em consonância com o Programa, este estudo também priorizou analisar a inserção das discussões sobre o estudo da história e cultura afro-brasileira na disciplina História, a partir da metodologia do Selo UNICEF.

Dessa forma, o passo primordial para Palmeirândia, foi legitimar as discussões através de uma resolução (ANEXO) da Secretaria Municipal de Educação que dispõem sobre a implantação da lei que versar sobre História e

---

<sup>19</sup> Segundo os dados da Secretaria Municipal de Cultura Palmeirândia possui 04 comunidades quilombolas nos povoados Cruzeiro, Vila Nova, Enseada dos Nogueiras e São José dos Leites

Cultura Afro-brasileira em todas as escolas do sistema de educação municipal, condizente com a legislação nacional.

Nesse sentido, a Comissão Pró-Selo em parceria com a Secretaria de Educação elaboraram ciclos de palestras e formações no sentido de abordar a lei nº 10.639/03 e como inserir os conteúdos de história e cultura afro-brasileira no conteúdo escolar. Assim pode ser observado na figura:



Figura 8: Formação com Professores de História acerca da lei 10.639/03  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

As formações continuadas são essenciais para que o profissional desempenhe de forma positiva o seu trabalho. Segundo Munanga (2005) a formação de professores que não tratar a história da África, a cultura do negro no Brasil e a própria história do negro de um modo geral se constitui em uma grande falha pedagógica. E isso não simplesmente por causa da falta de conhecimento teórico, mas, principalmente, porque o estudo dessa temática implica no enfrentamento e derrubada do mito da democracia racial que ainda paira sobre o imaginário de muitos professores.

De acordo com tudo isso, indagamos a uma professora de História “A”<sup>20</sup> da rede municipal de Palmeirândia sobre a importância de trabalhar as questões referentes ao estudo da história e cultura afro-brasileira:

Sabemos da necessidade de inserir nos conteúdos da disciplina história os estudos afro-brasileiros, porém ainda existe uma grande dificuldade dos professores, tendo em vista que muitos não tiveram

<sup>20</sup> Entrevista realizada no dia 02 de julho de 2012, com uma professora de História.

em suas formações iniciais nenhuma disciplina que falasse sobre isso.

Conforme relata a professora, ainda existe uma grande deficiência em se tratando de formação de professores inicial e continuada que esteja preparando para discutir a história e cultura afro-brasileira, todavia, no caso de município de Palmeirândia, através do Selo UNICEF e a Secretaria de Educação isto foi amenizado através de formação e ciclos de palestras, como ressalta a supervisora educacional Louise Furtado<sup>21</sup>:

As formações continuadas são estratégias fundamentais para que os professores possam ser motivados ao processo de aprendizagem. A iniciativa do município de Palmeirândia proporcionar as formações sobre o tema história e cultura afro foi essencial para a praticidade da legislação.

Dessa forma, é evidente a necessidade de inserir essas discussões no ambiente escolar, e em especial nas aulas de História. Isso pode ser observado na fala da relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras. (Parecer CNE/CP 3/2004 ;16)

Com isso, fica visível a amplitude de influências culturais existentes, fortalecendo assim uma diversidade singular no Brasil. Tal fato deve ser tratado pelos sujeitos escolares de forma positiva, utilizando-se dessa gama de informações como instrumento pedagógico de estudo.

Para consolidar as etapas do Programa, a Comissão Pró-Selo intensificou a mobilização para a realização do 2<sup>o</sup> Fórum Comunitário, envolvendo diversos setores do poder público e da sociedade civil. Vale

---

<sup>21</sup> Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2012, com a Supervisora Louise Aurélia Furtado da Silva.



ressaltar, que a função do Fórum é de comparar a situação do município com a que foi diagnosticada no 1º Fórum e as ações e melhorias obtidas. Com base nisso, Graça Pinheiro, membro da comissão<sup>22</sup> afirma:

Aderir ao Programa Selo UNICEF foi uma iniciativa maravilhosa para o nosso município. O que antes se fazia de qualquer jeito, sem diálogo, hoje se discute e decide-se em reuniões. A comissão tem autonomia de gestão, não está pressa. As reuniões são compostas por representantes de várias áreas. É por isso que nossos indicadores melhoraram.

Para que houvesse essa retomada das informações a Comissão Pró-Selo foi novamente apresentada e colocou em plenária a atual situação do município para instigar o debate e realizar a avaliação dos trabalhos desenvolvidos durante a edição do Programa.



Figura 9: Comissão Pró-Selo no 2º Fórum Comunitário  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

Na ocasião estava presente o mediador do Selo, que foi encaminhado pelo UNICEF para avaliar o município, participando do evento e realizando visitas de campo para levantar informações e indicadores que completam a avaliação do município. Na foto abaixo identifica-se o Senhor Afonso Barros fazendo suas observações e contribuições, as quais ressaltaram

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada no dia 02 de julho de 2012 com Graça Pinheiro, membro da Comissão Pró-Selo.

o compromisso da referida instituição com a qualidade de vida das crianças e adolescentes:



Figura 10: Apresentação do Mediador do UNICEF  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

Neste evento as escolas da zona urbana e rural demonstraram a sua produção nos temas propostos. Dessa forma, nota-se na foto abaixo a U.E.E.B. M. Padre José Vágli, valorizando a cultura popular local, através da apresentação do Bumba-meu-boi “Brilho do Vágli” composto por alunos da escola.



Figura11: Apresentação Cultural  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)



A Escola Luso Figueiredo também fez a sua apresentação através da capoeira, trazendo assim elementos marcantes na cultura afro-brasileira:



Figura 12: Apresentação Cultural  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

Assim, o Programa Selo UNICEF, através de sua metodologia, e em parceria com o município de Palmeirândia, por meio da Secretaria Municipal de Educação, instigou as discussões acerca do estudo da história e cultura afro-brasileira no ambiente escolar e em especial no ensino de História, como pode ser observado no tópico seguinte.

### 3.3 As Salas de Aula: o caso da disciplina História

A influência que a Nova História Cultural vem desempenhando na disciplina História, tem possibilitado a ampliação de objetos e fontes que possibilitam novas abordagens do conteúdo em sala de aula, instigando assim, o trabalho com a micro-história defendido pelo estudioso Carlo Ginzburg.

Dessa forma, a história e cultura afro-brasileira, configura-se enquanto um estudo que se insere nas abordagens da Nova História Cultural, tendo-se em vista que foi a partir desta corrente historiográfica que temas relacionados à minorias sociais (negro, mulher, criança, idoso, homossexual) passaram a ter espaço nas discussões acadêmicas.

Sendo assim, as salas de aulas, e especialmente, a disciplina História, configuram-se como um espaço propício para fortalecer a política de igualdade étnico-racial e desenvolver a criticidade de crianças e adolescentes com relação ao estudo da história e cultura afro-brasileira.

Neste sentido, inserir estas discussões no currículo escolar desmistifica a ideia de que a disciplina de História tem o foco de seus debates no tempo passado desvinculado do presente e que está pautada na memorização das datas e fatos, tendo como recursos o quadro e o livro didático. Tudo isto, muitas vezes, numa perspectiva apenas narrativa, tendo a figura do docente, não raramente, como reprodutor de idéias cristalizadas neste material.

Com isso, compreende-se as salas de aulas como um ambiente repleto de opiniões e histórias diversas, logo adequado ao debate. Então, não condiz com essa realidade uma aula que apenas instrumentaliza o livro didático sem assim perceber as inúmeras possibilidades metodológicas acerca de um estudo. No que tange a esta situação a professora Adriana Silva<sup>23</sup> contribui:

Ensinar a disciplina História vai muito além dos conteúdos curriculares. Por isso o professor deve ter atenção em tudo que acontece no mundo: política, economia, saúde, educação, e evidentemente a cultura. Não é interessante limitar-se aos materiais didáticos. É preciso ousar. Usar jornais, internet, visitar museus, valorizar e utilizar a história e a cultura afro-brasileira como metodologia em sala de aula. Ela faz parte da minha vida e da vida dos meus alunos, e agora do nosso currículo escolar também.

Nessa perspectiva, os professores de história da rede municipal de ensino, passaram a ter o suporte legal, pois passou a existir uma legislação municipal que atendesse a essa nova demanda, assim como também tiveram o suporte técnico para fazer o debate sobre a história e a cultura afro-brasileira, articulada ao conteúdo escolar da disciplina história, através das formações.

Todavia, ainda está em construção o Plano de Ação para Implementação da Política de Igualdade Étnico-racial do município de Palmeirândia, que abrangerá discussões em diversas áreas, como o esporte, a cultura, a saúde e a educação.

Neste plano de ação, terá um espaço destinado para a sistematização do currículo escolar numa perspectiva da política da igualdade

---

<sup>23</sup> Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2012, com a professora Adriana Silva de História.



étnico-racial. Para tanto, já existe uma comissão composta pela coordenação pedagógica da Secretaria de Educação e de professores das áreas de História, Literatura, Geografia e Artes que estão discutindo e construindo este documento pautado no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

É importante destacar que os professores já estão em processo de inserção desses conteúdos em suas disciplinas. No caso da disciplina de História, foi discutido nas formações como trabalhar o estudo da história e cultura afro-brasileira nas aulas da disciplina História, e então foram abordados temas de acordo com a modalidade de ensino.

Assim na Educação Infantil, as discussões perpassaram pela ideia da diversidade, uma vez que nesta faixa etária as crianças já estão construindo suas identidades, logo precisam entender que são diferentes uns dos outros. Para tanto, os professores devem utilizar recursos como brincadeiras, jogos, imagens, filmes, livros e canções que remetam à cultura afro-brasileira. Com relação a isso a professora Daniele dos Santos da educação infantil diz:

Usamos imagens de personagens negros para construir histórias com os alunos, além de livros infantis com personagens negros. Isto vai fazendo os alunos perceberem que a diferença é natural. Talvez o nosso maior obstáculo ainda seja a família que ainda tem preconceito.<sup>24</sup>

Essa afirmação da professora é muito pertinente, pois ainda é muito presente o preconceito e o racismo em muitas famílias. Com isso as crianças internalizam essa ideia agindo também com preconceito, cabendo a escola trabalhar a diversidade com a criança levando-a entender as diferenças.

No Ensino Fundamental, os professores já articulam a noção da cultura afro-brasileira ao conteúdo escolar, quando tratam da História do Brasil, por exemplo, trazendo as suas diversas contribuições na economia, na religião ou cultura popular. Como é demonstrado por meio da imagem de alunas dançando o tambor de crioula.

---

<sup>24</sup>. Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2012, com a uma professora da Educação Infantil.



Figura 13: Aula de História  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

É interessante que o professor trabalhe o processo histórico que desencadeou a desigualdade entre negros e brancos, estimulando o alunado a pensar criticamente. E a partir disso identificar a relação entre essas culturas, isto é as influencias mútuas existentes elas. Segundo o professor de História Andre Martins<sup>25</sup>:

Esses elementos sempre fizeram parte da cultura brasileira e não podem ser ensinados como se fossem conteúdos à parte, descontextualizado da realidade do nosso país. Por isso tem que haver uma sensibilização do professor de como passar o conteúdo.

Os conteúdos não poder ser desarticulados, tem que haver uma consonância com a realidade local para que assim se torne interessante e significativa, proporcionando assim o processo de aprendizagem. É nesse contexto que um professor de História desenvolveu um projeto para trabalhar com a fonte oral, sendo assim trouxe para sala de aula depoimentos de quem viveu ou escutou, histórias que rememoram as contribuições da história e cultura afro-brasileira no município de Palmeirândia.

<sup>25</sup> Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2012, com o professor de História Andre Martins.



Figura 14: Aula de História  
Fonte: Programa Selo UNICEF (Palmeirândia)

A fonte oral é uma metodologia extremamente rica para trabalhar essa temática nas aulas de história. Segundo a senhora Joana<sup>26</sup>: “foi muito bom falar da minha família e saber que isso é importante para os alunos aprenderem na escola”. Por meio deste recurso a comunidade e os alunos sentem-se mais valorizados e despertam maior interesse por suas histórias de vida.

Porém, ainda não se observa essa prática constantemente nas salas de aula, pois a cultura popular, e especificamente a cultura afro, não são valorizados em sua essência pela, visto que costumeiramente são “lembrados” na escola apenas no período junino, momento em que há uma campanha midiática e governamental para a difusão das manifestações culturais, com intuito principal de fortalecer a propaganda turística do Estado e construir uma identidade local.

Dessa forma, a escola funciona como um instrumento legitimador desse processo, visto que promove a festa junina, ou o Arraial da escola, onde os alunos apenas reproduziam uma apresentação, deixando a margem todo um processo histórico de perseguição a essa cultura. A respeito disso Abreu afirma:

---

<sup>26</sup> Entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2012, com D. Joana moradora de Palmeirândia.

As festas pertencem à história e as lutas dos homens e mulheres de seu próprio tempo. Discutir os vários sentidos e possibilidades das festas, no passado e no presente; ou, ainda melhor, procurar identificar os sujeitos sociais que costumam estabelecer e divulgar certos significados das festas, recuperando, muitas vezes, os conflitos que se constroem em torno dessas definições são estratégias promissoras para começarmos a trabalhar com as festas na escola e na história. (ABREU, 2003, p.100)

Tendo em vista este contexto, o Programa Selo UNICEF: município aprovado buscar sensibilizar e fortalecer a política de igualdade étnico-racial nos municípios. No caso de Palmeirândia, ficou evidente a parceria que houve entre o UNICEF e o município, proporcionando assim momentos de discussão e de ação que tiveram resultados qualitativos, como identificamos através das palavras de um adolescente Carlos Mendes<sup>27</sup> participante do programa:

O Programa do Selo foi muito bom pra gente. Ficou melhor as aulas, porque a gente fala de coisas da nossa casa, nossa família, faz peças teatrais, e aprendemos que a diversidade existe e é bom viver com ela.

Vale ressaltar que o Programa Selo UNICEF: município aprovado (2009-2012) contribui significativamente para a inserção das discussões referentes ao estudo da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar da rede municipal de Educação de Palmeirândia, e em especial, à disciplina escolar história, tendo em vista que despertou no poder público, em grupos da sociedade civil, nos sujeitos educacionais e na comunidade em geral a necessidade de conhecer e valorizar esta cultura e, principalmente, impedir que, vista de forma estereotipada, transforme-se em preconceitos.

Além disso, os professores de História estão utilizando em suas aulas, a história e a cultura afro-brasileira, principalmente a sua influência nas manifestações populares, contextualizando aos conteúdos escolares, aproximando assim da realidade dos discentes os saberes científicos e cotidianos.

Nesse sentido, com esta parceria foi dado início a uma discussão que necessita continuar e se consolidar. A resolução municipal que trata da inserção da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas da rede

---

<sup>27</sup> Entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2012, com um adolescente participante do Programa – Carlos Barros

municipal de ensino (anexo VIII) configura-se enquanto um grande avanço, mas para que isto seja consolidado, faz-se necessário continuar realizando as formações, realizar projetos, oficinas e ações que mobilize cada vez mais as crianças, os adolescentes e toda a comunidade a respeitar as diversidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da notável necessidade de inserir as discussões referentes à história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, tendo em vista que já existe uma legislação nacional (lei nº 10.639/03) que dispõem sobre esta temática e somado-se a isso, Palmeirândia contempla uma grande riqueza cultural, em especial nas manifestações populares, a parceria entre o Programa Selo UNICEF com o município impulsionou a política da igualdade étnico-racial que culminou com a resolução municipal 01/12 (anexo VIII) que dispõe sobre a implantação da referida lei em todas as escolas do sistema de educação municipal.

Para a disciplina História, o estudo da história e cultura afro-brasileira oferece subsídios que contribuem de forma significativa em seus conteúdos. Porém, é sabido as vicissitudes deste conhecimento ao longo de sua trajetória, perpassando por manipulações, silêncios e lacunas que legitimaram interesses diversos, principalmente ligados ao Estado. Um dos objetivos principais do curso deste saber foi a construção de uma identidade nacional.

Com a influência da Nova História, emergiram abordagens que oportunizaram a inserção diversificada de fontes e objetos de estudos. É nesse contexto que o estudo da história e cultura afro-brasileira é considerado como um campo disponível para ser explorado em sala de aula. Todavia, o currículo, especificando-se os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, não contempla de forma expressiva o envolvimento com o saber popular, limitando-se em citar a importância das manifestações.

Dessa forma, evidenciou-se que muito tem se tratado acerca das questões que envolvem a cultura, principalmente nas escolas. Todavia, isto acontece baseado em um calendário que busca seguir comemorações já pré-estabelecidas, as quais podem num dado momento não fazer nenhum sentido para determinados alunos, isto é, não despertá-los, uma vez que não condiz com suas realidades. Por isso, cabe ao professor promover a interação entre os saberes a ponto de envolver estes discentes no decorrer das aulas, de forma contextualizada com o conteúdo sistematizado.

Vale destacar, que muitas são as dificuldades encontradas pelos docentes para a implantação de uma sistemática inovadora e significativa em

sala de aula, uma vez que muitas instituições não dispõem de recursos estruturais e didáticos que favoreçam o melhoramento da prática do profissional, e ainda, a sua própria formação pode ter sido comprometida por teorias tradicionais da educação, limitando-se a repassar informações cristalizadas pelos livros didáticos, sendo estas memorizadas e logo esquecidas pelos alunos. Por isso a necessidade em promover cursos de formação continuada com o intuito de permitir que mais professores tenham acesso as novas discussões educacionais e (re)estruturar as escolas, preparando-as para novos desafios.

No caso de Palmeirândia, é evidente que ainda existe um longo caminho a percorrer no sentido de se afirmar a existência de uma política consolidada de Educação das relações étnico-raciais, mas já existe uma discussão, que foi promovida pela metodologia do Programa Selo UNICEF e Secretaria de Educação, refletindo no espaço escolar, na medida em que os professores das disciplinas afins à temática e especialmente os de História tiveram as formações continuadas na área e já conseguiram agregar essa metodologia em suas práticas pedagógicas, como pode ser observado no decorrer deste trabalho.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marta. Cultura popular e várias histórias. In: **Ensino de História- conceito, temáticas e metodologia**. ABREU, Marta & SOIHET, Raquel (Orgs). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARRETCHE, Marta T.S. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas – São Paulo: BIB- Ancops- 1995, nº. 39.**
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução: Yara Frateschi. São Paulo-Brasília: HUCITEC, 1996.
- BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: especificidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História**. In: **O saber histórico na sala de aula**. BITTENCOURT, Circe (Org). São Paulo: Contexto, 2005.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
- BRANDÃO, Carlos Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes e Bases Nacionais (Lei nº. 9.394/96)**. São Paulo: Avercamp, 2007.~
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2010

\_\_\_\_\_. Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana**.MEC/SECAD. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação . **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004. D.O.U. 19 de maio de 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: DF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº19.890 de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre o ensino secundário. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br>.

\_\_\_\_\_. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**.Disponível em <http://www.google.com.br>, arts. 19-52. Acesso em: 09 agosto de 2012.

CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa. **A questão jesuítica no Maranhão Colonial (1622-1759)**. São Luís: SIOGE, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. São Paulo: Florense Universitária, 2000.

CERRI, Luís Fernando. **As concepções de história nos cursos de licenciatura**. Disponível em < <http://www.rhr.uepg.br/v2n2/cerri.tm>>. Acessado em 08 ago. 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1998.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação. Porto Alegre, 1990.

CÔRTEZ, Gustavo. Cultura popular e escolarização. In: **10º Congresso Brasileiro de Folclore**. São Luís: LITHOGRAF, 2002.

DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2006.

ESTEBAN, Fernando. **Tripulantes da Nação: a escola e a cultura popular**. Niterói: 2002.

FONSECA, Thaís. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autentica. 2006

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES. Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, SP: Sociedade Brasileira de História da educação: Autores Associados, n.1, jan/jun.2001.

KESSEL, Zilda. **Memória nos Parâmetros Curriculares**. Disponível em <<http://www.museudapessoa.net/biblioteca/pdfs/memorianosparametroscurricularest>>. Acessado em 16 dez. 2011.

LOPES, Alice Ribeiro. **Conhecimento escolar: ciência e cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

MAGALHÃES, Marcelo de Sousa. **História e Cidadania: Por que ensinar História hoje?**. In: ABREU, Marta & SOIHET, Raquel (Orgs). **Ensino de História – conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória – a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2001.

MUNANGA, kabengele. **Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira. Teoria e Prática da Educação**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2004

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PACIEVITCH, Caroline & CERRI, Luis. **Pensamento de professores de História e a pedagogia histórico – crítica dos anos 80**. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História “História: Guerra e Paz”** Universidade Estadual de Londrina, 2005.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Educação em festas populares**. In: **Revista Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, n.51. mai/jun.2003.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Jaime. Nação e ensino de História no Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2006.

REZNIK, Luis. **Tecendo o amanhã: a História do Brasil no ensino secundário – programas e livros didáticos. 1931 a 1945**. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 1992.

.SILVA, Maria Manuela Ramos de Sousa. **Linguagem e sociedade: uma abordagem à obra de M. Bakhtin**. Rio de Janeiro: Phoinix, 1996.

UNICEF. **Cultura e Identidade: comunicação para a igualdade étnicoracial: guia de orientação para os municípios: selo unicef município aprovado edição 2009-2012 / fundo das nações unidas para a infância. – Brasília: unicef, 2011.**

UNICEF. **Esporte e Cidadania: guia de orientação para os municípios: selo unicef município aprovado edição 2009-2012 / fundo das nações unidas para a infância. – Brasília: unicef, 2011**

VILLATA, Luiz. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (Org). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.1.

ZAMBONI, Ernesta. Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 367-377, dezembro 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp>> .Acessado em 20 de dez de 2007.

ZIERER, Adriana Maria dos Santos. **Conquistas e desafios da disciplina História no século XXI**. Ciências Humanas em Revista. São Luís: EDUFMA, 2003.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados, 2004.

**ENTREVISTAS**

**APARECIDA, Maria. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.**  
Palmeirândia, 16 set. 2010.

**MARTINS, André. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.**  
Palmeirândia, 15 ago. 2012.

**MENDES, Antônio Eliberto Barros. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.** Palmeirândia, 30 ago. 2012.

**MENDES, Carlos. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.**  
Palmeirândia, 05 ago. 2012

**MORAES, Joana. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.**  
Palmeirândia, 05 ago. 2012.

**PEREIRA, Leopoldina Soares. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.** Palmeirândia, 30 ago. 2012.

**PINHEIRO, Graça. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.**  
Palmeirândia, 02 jul. 2012

**SANTOS, dos Daniele. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.** Palmeirândia, 15 ago. 2012.

**SILVA, Adriana. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.**  
Palmeirândia, 02 jul.2012.

**SILVA, Louise Aurélia Furtado da. Entrevista concedida a Elaine Regina Mendes Lisboa.** Palmeirândia, 12 set. 2012.

**ANEXOS**

**ANEXO I: 13 Indicadores de Impacto Social e 19 Indicadores da Gestão de Políticas Públicas**



## 4. Como os municípios serão avaliados?

Os municípios participantes do Selo UNICEF serão avaliados no âmbito do seu estado e em grupos de municípios semelhantes. Até junho de 2012, será monitorado um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos relativos à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Os avanços de cada município serão comparados ao desempenho da média de seu grupo.

O agrupamento dos municípios é feito a partir da análise de um conjunto de indicadores econômicos e sociais, que refletem as condições de vida das crianças e adolescentes, **como:** população, Produto Interno Bruto (PIB) e índices de pobreza, relativos ao ano de 2008. Os detalhes sobre o método utilizado para esse agrupamento estão na página do Selo: [www.selounicef.org.br](http://www.selounicef.org.br).

A avaliação dos municípios está dividida em três eixos:

1. Impacto Social
2. Gestão de Políticas Públicas
3. Participação Social

Nos eixos de Impacto Social e Gestão de Políticas Públicas, os municípios devem trabalhar para avançar em um conjunto de objetivos e indicadores, que serão analisados no início e no final da edição do Selo. O eixo de Participação Social envolve a realização de fóruns comunitários e o desenvolvimento de atividades e projetos em três temas.

Acompanhe, nas páginas seguintes, cada eixo de avaliação, em detalhes.

### EIXO 1: IMPACTO SOCIAL

O eixo de Impacto Social avalia as condições de vida de meninos e meninas de até 17 anos no município. Serão avaliados 13 indicadores de impacto social das áreas de saúde, educação, proteção e meio ambiente, que estão relacionados aos objetivos do Selo e aos ODM. Os dados serão coletados pelo UNICEF no início e no final da edição do Selo, com base nos dados mais recentes disponíveis de acordo com as fontes oficiais nacionais de informação.

- O **objetivo** é a mudança que se deseja alcançar na melhoria da vida de crianças e adolescentes.
- O **indicador** é a forma de medir como essas mudanças estão sendo alcançadas.

	OBJETIVOS DO SELO UNICEF – IMPACTO SOCIAL	INDICADORES DE IMPACTO SOCIAL		PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA DECLARAÇÃO DO MILÊNIO
		INDICADOR	FONTE	
1	Todas as crianças menores de 2 anos bem nutridas	1) Percentual de crianças menores de 2 anos de idade desnutridas	MS/Siab	ODM 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome
2	Toda criança e todo adolescente de 4 a 17 anos com acesso e garantia de permanência e aprendizagem na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio	2) Percentual de escolas que atingiram ou ultrapassaram a meta de Ideb (anos iniciais)	MEC/Inep	ODM 2: Atingir o ensino básico universal
		3) Taxa de abandono no ensino fundamental	MEC/Inep	
		4) Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental (5º ao 9º ano)	MEC/Inep	
3	Todas as meninas e meninos com seus direitos garantidos de forma igualitária	5) Nível de paridade de gênero na representação estudantil dos conselhos escolares	Formulário de manual da avaliação	ODM 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4	Todas as crianças de até 1 ano de idade sobrevivendo	6) Taxa de mortalidade infantil	MS/pacto da atenção básica	ODM 4: Reduzir a mortalidade infantil
		7) Percentual de óbitos neonatais do total de óbitos infantis	MS/SIM	
5	Todas as famílias, especialmente as mulheres grávidas, com atenção básica de saúde e as gestantes adolescentes com atenção especial	8) Percentual de nascidos vivos (NV) de mulheres com sete ou mais atendimentos de pré-natal	MS/Sinasc	ODM 5: Melhorar a saúde materna
		9) Percentual de NV de meninas de 10 a 19 anos	MS/Sinasc	
6	Todas as crianças e todos os adolescentes protegidos do HIV/aids	Não há indicador de impacto	—	ODM 6: Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças
7	Todas as crianças e todos os adolescentes vivendo em municípios com gestão adequada do lixo	10) Percentual de domicílios com coleta de lixo	MS/Siab	ODM 7: Garantir a sustentabilidade ambiental
8	Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente participando da formulação de políticas públicas e Conselhos Tutelares atendendo e encaminhando adequadamente casos de violência, abuso e exploração	11) Nível de participação do CMDCA na formulação de políticas de saúde, educação, assistência e esportes para crianças e adolescentes	Formulário de manual da avaliação	ODM 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento
9	Todas as crianças e todos os adolescentes crescendo sem violência e exploração e com direito à cidadania	12) Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos	MS/SIM	Capítulo II da Declaração do Milênio, sobre Promoção da Paz e Proteção contra a Violência
		13) Percentual de menores de 1 ano com registro civil, do total de nascidos vivos	MS/Sinasc e IBGE/estatísticas do registro civil	

Verifique significado das siglas no final da publicação



## EIXO 2: GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As melhorias na qualidade de vida de crianças e adolescentes, expressas pelos indicadores de Impacto Social, estão relacionadas e dependem em grande medida das políticas públicas, ações e programas criados, gerenciados e implementados pelo município. O Selo UNICEF avaliará um conjunto de 19 indicadores quantitativos e qualitativos da Gestão de Políticas Públicas.

Assim como os indicadores de impacto, os de gestão quantitativos também serão medidos no início e no final da edição, comparando a sua evolução no período avaliado. Já os indicadores de gestão qualitativos somente serão avaliados em 2012, no final da edição.

Veja a seguir o quadro com esses objetivos e indicadores e sua relação com os ODM.

	OBJETIVOS DO SELO UNICEF – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	INDICADORES DA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA DECLARAÇÃO DO MILÊNIO
		INDICADOR	FONTE	
1	Todos as crianças com estado nutricional monitorado e bebês de até 6 meses com aleitamento materno exclusivo	1) Percentual de crianças com aleitamento materno exclusivo até 4 meses*	MS/Siab	ODM 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome
		2) Grau de implementação do Sivan	Formulário do manual da avaliação	
2	Municípios monitorando o acesso à escola e a inclusão das crianças vulneráveis e providendo espaços de participação na gestão escolar	3) Grau de funcionamento do Conselho Municipal de Educação	Formulário do manual da avaliação	ODM 2: Atingir o ensino básico universal
		4) Percentual de crianças beneficiadas pelo BPC que estão na escola	MDS/MEC	
		5) Grau de implementação da Lei nº 10.639, de 2003	Formulário do manual da avaliação	
		6) Percentual de escolas do ensino fundamental (anos iniciais) que realizaram Provinha Brasil	Formulário do manual da avaliação	
3	Não há objetivo de gestão*	Não há indicador de gestão	–	ODM 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4	Municípios com monitoramento e investigação qualificados dos óbitos infantis e implementando ações para diminuição da mortalidade neonatal*	7) Percentual de crianças com menos de 1 ano com vacina tetravalente	MS/PNI	ODM 4: Reduzir a mortalidade infantil
		8) Percentual de crianças menores de 1 ano imunizadas contra hepatite B	MS/PNI	
		9) Cobertura do programa Saúde da Família	MS/Siab	
		10) Proporção de óbitos infantis investigados	SVS/MS	
5	Municípios com monitoramento qualificado dos óbitos por causas maternas	11) Proporção de óbitos de mulheres de 10 a 49 anos investigados	SVS/MS	ODM 5: Melhorar a saúde materna
6	Municípios oferecendo serviços de prevenção da transmissão vertical e iniciativas para a proteção dos adolescentes contra o HIV/aids	12) Grau de acesso a serviços de prevenção da transmissão vertical	Formulário do manual da avaliação	ODM 6: Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças
		13) Grau de funcionamento do Grupo de Trabalho Municipal do programa Saúde e Prevenção nas Escolas (GTIM SPE)	Formulário do manual da avaliação	

\* O UNICEF recomenda o aleitamento materno exclusivo até seis meses, porém só existe informação referente ao aleitamento até quatro meses.

	OBJETIVOS DO SELO UNICEF – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	INDICADORES DA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA DECLARAÇÃO DO MILÊNIO
		INDICADOR	FONTE	
7	Municípios coletando e tratando o lixo domiciliar adequadamente e escolas oferecendo espaços de participação relacionados à gestão ambiental	14) Percentual de escolas com Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida)	Rejuma, com base em formulário do manual da avaliação	ODM 7: Garantir a sustentabilidade ambiental
			Secretaria Municipal de Educação, com base em formulário do manual da avaliação	
8	Municípios monitorando situações de vulnerabilidade das crianças e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente/Conselhos Tutelares funcionando de forma adequada	15) Grau de funcionamento do CMDCA	Formulário de avaliação do mediador	ODM 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento
			16) Grau de funcionamento do Conselho Tutelar	
		17) Índice de gestão descentralizada (IGD)	MDS	
9	Municípios com melhor monitoramento e serviços relacionados à prevenção e encaminha da violência e exploração	18) Percentual de óbitos por causas mal definidas	MS/SIM	Capítulo II da Declaração do Milênio, sobre a Promoção da Paz e a Proteção contra a Violência
			19) Taxa de cobertura de Cras	

## EIXO 3: PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Neste eixo, serão avaliadas as capacidades do município de mobilizar diversos setores para a realização de fóruns comunitários e atividades e projetos em torno de três temas: Educação para a Convivência com o Semiárido; Arte, Cultura e Comunicação para a Diversidade Etnorracial; e Esporte e Cidadania.

As ações deste eixo devem promover o envolvimento da sociedade civil, de crianças e adolescentes, escolas e a comunidade em geral. A avaliação será principalmente qualitativa, levando em consideração a diversidade dos participantes, a inclusão social, a participação de meninos e meninas e os produtos resultantes da mobilização no município.

### OS FÓRUNS COMUNITÁRIOS

O fórum comunitário é um espaço de encontro e diálogo participativo no município. Nele, a comunidade analisa a situação das crianças e dos adolescentes, planeja e sugere ações pela garantia dos direitos da infância e adolescência, monitora e avalia o impacto de projetos, programas e políticas sociais voltados à melhoria de vida dos meninos e meninas de até 17 anos.

O processo será coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), seguindo as orientações de guia específico que será enviado aos municípios pelo UNICEF.

Podem participar conselheiros, lideranças comunitárias, sindicais e religiosas, crianças, adolescentes e suas famílias, profissionais de saúde, educação e assistência social, comunicadores e artistas, setor empresarial, entre outras representações. Todos têm a oportunidade de refletir e, juntos, definir prioridades que contribuam para a garantia dos direitos da criança e do adolescente e para o alcance dos objetivos do Selo.

**ANEXO II: Matéria demonstrando a U.E.E.B. Municipal Raimundo Pereira  
como a 9<sup>o</sup> melhor escola pública de 5<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> do Maranhão**



15/08/2012 06h00

## Veja quais são as melhores escolas públicas do Maranhão segundo o Ideb 2011

Do UOL, em São Paulo

O MEC (Ministério da Educação) divulgou nesta terça-feira (14) os resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) (<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/08/14/consulte-a-nota-do-ideb-do-seu-estado-e-saiba-se-ele-atingiu-a-meta-proposta-pelo-mec.htm>) de 2011. Veja as melhores escolas públicas do Maranhão, segundo os dados.

### MELHORES ESCOLAS PÚBLICAS DE 1º A 5º ANOS DO MARANHÃO

MUNICÍPIO	NOME DA ESCOLA	REDE	IDEB 2011
SAO JOSE DE RIBAMAR	EM LICEU RIBAMARENSE	Municipal	6,8
SAO LUIS	COLEGIO UNIVERSITARIO	Federal	6,6
ZE DOCA	EM CLARICE HAICKEL	Municipal	6,6
ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	UE DOM PEDRO II	Municipal	6,4
GRAJAU	EM NOVA ALIANCA	Municipal	6,3
SAO LUIS	UE MONTEZUMA	Estadual	6,2
SAO LUIS	COLEGIO MILITAR 2 DE JULHO	Estadual	6,2
BURITI BRAVO	UNIDADE ESCOLAR MENINO JESUS	Municipal	6,1
ALCANTARA	ESC CAMINHO DAS ESTRELAS	Federal	6
BURITI BRAVO	UNIDADE INTEGRADA MOACIR COELHO	Municipal	6

Fonte: MEC/Inep

### MELHORES ESCOLAS PÚBLICAS DE 6º A 9º ANOS DO MARANHÃO

MUNICÍPIO	NOME DA ESCOLA	REDE	IDEB 2011
SAO JOSE DE RIBAMAR	EM LICEU RIBAMARENSE	Municipal	6,3
SAO LUIS	UEB ENS FUND PROF RUBEM GOULART	Municipal	5,3
SAO LUIS	UI ALUISIO AZEVEDO	Estadual	5,2
SAO LUIS	UEB ENS FUND PROF JOSE DA SILVA ROSA	Municipal	5,2
IMPERATRIZ	EM SANTOS DUMONT	Municipal	5,1
PORTO FRANCO	UI BARJONA LOBAO	Municipal	5,1
CAXIAS	UE JOAO LISBOA	Estadual	5
IMPERATRIZ	COL JOAO SILVA	Municipal	5
DOM PEDRO	CE ANA ISABEL TAVARES	Estadual	4,9
IMPERATRIZ	EM LUIS DE FRANCA MOREIRA	Municipal	4,9
LAGOA DO MATO	CENTRO DE ENSINO GASTAO DIAS VIEIRA	Municipal	4,9
PALMEIRANDIA	UNIDADE ESCOLAR DE EDUCACAO BASICA MUNICIPAL RAIMUNDO PEREIRA	Municipal	4,9

Fonte: MEC/Inep

**ANEXO III: Termo de Adesão ao Programa Selo UNICEF: município aprovado  
(2009-2012)**



**1.4 DADOS DO (A) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA**

Nome: Leonel Abreu Viçosa

Governo ( ) \_\_\_\_\_ Sociedade Civil ( ) \_\_\_\_\_ Órgão/instituição (X) CMDCA

Endereço: R. Bernardino Feitosa S/N No. S/N

CEP: 6 \_\_\_\_\_

Telefone: Res ( ) \_\_\_\_\_ 7-1558

Fax (99) \_\_\_\_\_

E-mail: α \_\_\_\_\_

**OBS:** O UNICEF recomenda que o (a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA também assine esse Termo de Adesão.

**2. ADESÃO**

Declaramos estar de pleno acordo com as normas e procedimentos previstos no Regulamento do Selo UNICEF Município Aprovado Edição 2009-2012 e manifestamos a nossa adesão.

PALMEIRÂNDIA, MA  
Município/UF

Antonio Augusto Barão  
Assinatura do (a) Senhor (a) Prefeito (a)



SELO UNICEF MUNICÍPIO APROVADO  
EDIÇÃO 2009-2012

TERMO DE ADESÃO

**1. INSCRIÇÃO**

**1.1 IDENTIFICAÇÃO**

Município/UF:

Palmeirândia / MA

**1.2 DADOS DO (A) PREFEITO (A)**

Nome: Antônio Cliberto Barros Mendes

Endereço: Av. Padre José Válgua No. 103

CEP: 65 238 - 000

Cidade: Palmeirândia

Telefone: (98) \_\_\_\_\_

Fax: (9) \_\_\_\_\_ 3602

E-mail: \_\_\_\_\_

**1.3 DADOS DO (A) ARTICULADOR (A) DO MUNICÍPIO**

OBS: O (a) Articulador é a pessoa indicada pelo (a) Prefeito (a) para intermediar as relações entre o UNICEF e a prefeitura.

Nome: Leopoldina Soares Pereira

Cargo ou função que ocupa no município: Coordenadora de Programas Educativos

Endereço: Av. Padre José Válgua No. S/N

CEP: 65 238

Telefone: Residência (98) \_\_\_\_\_ 1558

Fax: (98) 3387-1

E-mail: leopalm

**ANEXO IV: Lista de frequência de reunião da Comissão Pró-Selo**

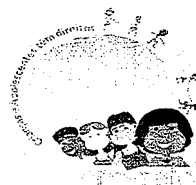
LISTA DE FREQUÊNCIA DA REUNIÃO DO SELO DO UNICEF.

28/04/2010.

EVENTO		
1.	Rosepeldina S. Pereira	Articuladora do SELO UNICEF
2.	Daniel Ferraz Batista	Tórum da Juventude / Goiania C.
3.	Maria das Graças Pinheiro Lima	Secretaria de Cultura
4.	Clarificadora	Secretaria de Cultura
5.	Antônia Soares	Conselho M. Direitos Criança e Adolescente
6.	Josmalva Campelo Amaral	Assistência Social
7.	José Rubens Ribeiro	Sindicato dos Tech Rubens
8.	Maria Alice Pinheiro	Pastoral das Crianças
9.	Suzana Patrício Brito Silva	
10.	Wilson Guimarães Rios	Rede Pública
11.	Deborah Ribeiro Sobral	Fórum da Juventude
12.	Macondino Almeida Moreira	U.E. EBM José Carlos Moreira
13.	José Batista Vale	CMDCA - Palmeirândia
14.	Práudete Petrucília Rodrigues Vale	CT Palmeirândia
15.	Maria Inês Santos Alves	Conselho Tutelar
16.	Francisco Aquilino	Secretaria de Educação - Palmeirândia
17.	Júlia Santos Alves	CMDCA - Palmeirândia
18.	Sandra Lúcia Gomes	Líder da Pastoral da Criança
19.	Leonel Abel Veigas	CMDCA -
20.	Gláucia Regina Mendes Leitão	Secretaria de Cultura
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.		
29.		
30.		



**ANEXO V: Convite para o 1º Fórum Comunitário de Palmeirândia**



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE DE PALMEIRÂNDIA  
PROGRAMA SELO – UNICEF MUNICÍPIO APROVADO**

**OFICIO CIRCULAR Nº. 036/ 2010**

Palmeirândia, 08 de setembro de 2010.

Tenho a honra de convidar Vossa Senhoria, para participar do 1º Fórum comunitário, a realiza-se em 16 de Setembro de 2010 no Fórum da Juventude das 07h30min às 12h00min, sob a coordenação da comissão Pró-selo, onde discutiremos a realidade da criança e do adolescente, levantando propostas para a construção de um plano de ação municipal com políticas públicas voltadas para a garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Contamos com a sua participação

Atenciosamente,

---

Leopoldina Soares Pereira  
Articuladora do Programa Selo – UNICEF

Ilmo(a) Senhor(a),

---

**ANEXO VI: Comissão Pró-Selo**



## COMITÊ PRÓ-SELO



- 1- **ARTICULADORA:** Leopoldina Soares Pereira.
- 2- **CMDCA:** Leonel Abreu Viegas e João Batista Vale
- 3- **LIDERANÇAS ADOLESCENTES:** Adriano Silva Pinheiro e Maiane dos Santos Pinheiro Costa.
- 4- **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:** Claiton Dias Freitas (Titular) e Januário Bento Costa Leite (Suplente)
- 5- **SECRETARIA DE SAÚDE:** Wiliam Guimarães Rios (titular) e Carlos Humberto Abreu Júnior (suplente)
- 6- **SECRETARIA DE CULTURA:** Elaine Regina Mendes Lisboa (titular) e Maria das Graças Pinheiro (suplente).
- 7- **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Josinalva Campelo Amaral e Mariana Miritina
- 8- **SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA:** Francivaldo de Jesus Pereira Silva Aroucha e Elinaldo Silva Ferreira
- 9- **GESTORES ESCOLARES:** Lourdiane Almeida Moreira e Susana Pinheiro Silva
- 10- **PASTORAL DA CRIANÇA:** Maria Alice Pinheiro e Irandecir Petronilia Rodrigues Vale
- 11- **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:** José Ribamar Pinheiro e Ana Luiza Costa Lobato
- 12- **FÓRUM DA JUVENTUDE:** Daniel Ferreira Batista e Carlos Alexandre Ferreira
- 13- **IGREJAS:** José Ribamar Frazão Serrão e Carlos Alberto da Costa
- 14- **CONSELHO TUTELAR:** Tito Ribeiro Soares e Domingos Fábio Magalhães Barbosa
- 15- **PODER LEGISLATIVO;** Edson Luís Sousa Costa e Manoel de Jesus Botelho
- 16- **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:** Marçal Emiliano Pereira

**ANEXO VI: Relatório do 1º Fórum Comunitário**

## **Relatório do Primeiro Fórum Comunitário**

**Município: Palmeirândia data: 16/09/2010 Local: Fórum da Juventude**

### **1. Recepção dos Participantes**

Os participantes foram recepcionados pela Comissão pró-selo e encaminhados à equipe de credenciamento para preenchimento da ficha de inscrição e cadastro individual do participante, com escolha dos grupos de discussão e na oportunidade foi entregue a todos a linha de base com os indicadores do Município.

### **2. Acolhimento**

Após o credenciamento os participantes eram encaminhados para um café da manhã com música ambiente e em seguida se dirigiam aos seus lugares para a abertura do Fórum.

### **3. Abertura Oficial**

Boas vindas dadas pelos adolescentes da Comissão pró-selo, Adriano e Maiane em seguida a execução do Hino Nacional e a composição da mesa com representantes das seguintes instituições:

- Conselho Tutelar – Tito Soares (presidente)
- CMDCA – Marçal Emiliano Pereira (vice-presidente)
- Pastoral da Criança – Iraneci Petronilia Rodrigues Vale (coordenadora)
- Secretaria de Saúde – Willian Rios (secretário)
- Secretaria de Educação – Claiton Dias (secretário)
- Secretaria de Assistência Social – Mariluce Costa (secretária)
- Adolescente – Maiane Costa
- Prefeito – Antonio Eliberto Barros Mendes

Em seguida foi realizada uma apresentação cultural feita pelos alunos da Escola Municipal Bernardino Trinta com uma coreografia da musica "Sementes do Amanhã" e uma peça teatral "A formiguinha".

Dando continuidade a abertura oficial do Fórum houve a fala dos representantes enfatizando a importância do Fórum Comunitário e da participação e envolvimento da comunidade e de todos na realização das ações do Selo - UNICEF.

Logo após foi apresentada a Comissão Pró-Selo à comunidade.

### **4. Apresentação da Metodologia do Primeiro Fórum**

O presidente do CMDCA apresentou a metodologia do Selo - UNICEF ,utilizando slides e dialogando com a comunidade a fim de uma maior compreensão do Programa.

### **5. Apresentação do Diagnóstico**

O diagnostico foi apresentado pelos secretários de Saúde e Educação com a utilização de slides com tabelas e gráficos avaliando e comparando recuos e avanços dos indicadores da linha de base e os desafios para a promoção de uma

melhor qualidade de vida para as crianças e os adolescentes.

**6. Trabalho em Grupo**

Os participantes foram distribuídos em 09 grupos, coordenados por pessoas de diferentes instituições e encaminhados para salas onde discutiram sobre as linhas de base e a formulação das propostas para melhoria da vida de crianças e adolescentes do município.

**7. Plenária Final**

Cada grupo apresentou suas propostas feitas por um relator escolhido pelo grupo.

**8. Encerramento**

A conclusão dos trabalhos foi feita pelo presidente do CMDCA que comprometeu a comissão para elaborar a síntese das propostas e promover uma audiência pública para apresentar o Plano de Ação Municipal.

E seguida o Articulador e o Adolescente da Comissão agradeceram a participação de todos e solicitaram que todos se comprometam e continuem participando das ações do Selo. E para sensibilização e reflexão de todos foi exibido o vídeo "Eu só peço a Deus" Mercedes Sosa, Beth Carvalho, Gandhi, como mensagem final.

**Observações Gerais:**

O Fórum Comunitário contou com a participação de 105 pessoas de diferentes instituições.

**ANEXO VIII: Resolução Municipal (01/12) que dispõe sobre a implantação da lei de História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar em todas as escolas do sistema de educação municipal**





ESTADO DO MARANHÃO  
GOVERNO MUNICIPAL DE PALMEIRÂNDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ASSESSORIA TÉCNICO PEDAGÓGICA



RESOLUÇÃO N. 001 /2012

Dispõe sobre a implantação da lei de História e Cultura Afro brasileira no currículo escolar em todas as escolas do sistema de educação municipal

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ELAINE REGINA MENDES LISBOA, no uso de suas atribuições legais nos termos que dispõe a lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Implantar a lei de Inclusão de História e Cultura afro-brasileira no currículo escolar e esta deverá ser trabalhada prioritariamente nas disciplinas língua Portuguesa, História, Literatura e Arte circunscrevendo-se também como transversalidade nas demais áreas do conhecimento em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

*Considerando-se o crescimento do movimento negro e no discurso pós moderno de um currículo flexível e inclusivo.*

*Considerando-se a reparação histórica ao povo afro descendente por meio da educação.*

*Considerando-se o discurso da diversidade e dos parâmetros curriculares nacionais sobre a pluralidade cultural.*

*Considerando-se a necessidade de priorizar a temática em evidencia nas discussões cotidianas da escola em seus tempos, formas e culturas escolares.*

Art. 2º - A referida lei deverá obedecer as mudanças legais sendo incluída em todos os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da rede e nos projetos de trabalho, aplicados nas escolas tanto quilombolas quanto rurais no geral e urbanas.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

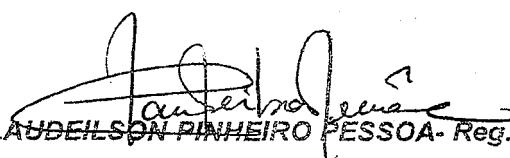


**Elaine Regina Mendes Lisboa**

Secretária Municipal de Educação

*Trabalhando por uma Educação de Qualidade*

REGISTRADO E PUBLICADO NA SECRETARIA EXECUTIVA DESTA SEMED NO  
DIA 12 DE ABRIL DE 2012



**PROF. MSC CLAUDELSON PINHEIRO PESSOA - Reg. MEC 00266/73**  
ASSESSOR TECNICO PEDAGÓGICO

---

## APÉNDICES

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistados: Professores de História

- 01) O que você achou da proposta do Programa Selo UNICEF?
- 02) Qual foi a contribuição da formação continuada sobre a lei nº 10.639/03?
- 03) Qual foi a postura dos alunos diante do Programa?
- 04) Já houve mudanças em sua prática pedagógica por conta da metodologia do Programa?
- 05) O que você acha de utilizar o estudo da história e cultura afro-brasileira como instrumentos pedagógico da disciplina escolar História?
- 06) No seu ponto de vista, qual a contribuição do Programa Selo UNICEF para melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes?
- 07) Qual foi a reação das famílias com relação as discussões sobre a inserção do estudo da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Prefeito

- 01) O que você achou da proposta do Programa Selo UNICEF?
- 02) Qual foi a contribuição do Programa para o município de Palmeirândia?
- 03) Você acha que houve pontos negativos no Programa?
- 04) Como a sua administração irá prosseguir com a política de igualdade étnico-racial?
- 05) No seu ponto de vista, qual a contribuição do Programa Selo UNICEF para melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistados: Articuladora local e Comissão Pró-Selo

- 01) O que você achou da proposta do Programa Selo UNICEF?
- 02) Qual foi a resposta da sociedade com relação as discussões sobre a inserção do estudo da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar?
- 03) Quais foram as dificuldades em realizar as atividades do Programa em Palmeirândia?
- 04) Fazendo uma análise do Programa no município, como você avalia essa realização?
- 05) No seu ponto de vista, qual a contribuição do Programa Selo UNICEF para melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistados: Supervisora

- 01) O que você achou da proposta do Programa Selo UNICEF?
- 02) Qual foi a resposta da sociedade com relação as discussões sobre a inserção do estudo da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar?
- 03) Quais as ações propostas pela Secretaria de Educação para fortalecer a política de educação para uma igualdade étnico-racial ?
- 04) Como o Plano de Ação para a política de igualdade étnico-racial irá selecionar os conteúdos a serem trabalhados na escola ?
- 05) No seu ponto de vista, qual a contribuição do Programa Selo UNICEF para melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Entrevistados: Adolescentes e alunos**

- 01) O que você achou da proposta do Programa Selo UNICEF ?
- 02) Qual foi a contribuição do programa na sua escola?
- 03) Você gosta de trabalhar a história e a cultura afro-brasileira nas aulas de História?
- 04) O que mudou nas aulas de História?
- 05) No seu ponto de vista, qual a contribuição do Programa Selo UNICEF para melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes?
- 06) Qual foi a reação da sua famílias com relação as discussões sobre a inserção do estudo da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar?



## ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Entrevistados: Participantes do Programa e sociedade em geral**

- 01) O que você achou da proposta do Programa Selo UNICEF?**
- 02) O que mudou para você com a implantação do Programa em Palmeirândia?**
- 03) Como você acha que a escola deve tratar as discussões sobre história e cultura afro-brasileira?**
- 04) Quais foram os pontos positivos e negativos do Programa em Palmeirândia?**
- 06) No seu ponto de vista, qual a contribuição do Programa Selo UNICEF para melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes de Palmeirândia?**